

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Marco Antonio Facione Berbel

As armas como instrumento de ação política em Maquiavel:
uma análise de *O príncipe*

São Paulo
2009

Marco Antonio Facione Berbel

As armas como instrumento de ação política em Maquiavel:
uma análise de *O príncipe*

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Filosofia, sob a orientação do Prof. Dr. Alberto Ribeiro Gonçalves de Barros.

São Paulo

2009

“os estados não se conservam
rezando o Pai Nosso”
(MAQUIAVEL, *História de Florença*, VII, 6)

Para meus pais, João Berbel e Maria Inês, pelo incentivo, apoio e amor incondicional;

Para a Janaiara, que sempre esteve ao meu lado nos momentos em que as minhas forças pareciam esgotadas;

In memoriam de Simone Rodrigues Gomes, amiga cuja ausência sempre será sentida.

Agradecimentos

Ao Prof. Dr. Alberto Ribeiro Gonçalves de Barros, por ter aceitado orientar essa dissertação de maneira tão generosa.

Ao Prof. Dr. José Antonio Martins, pelo incentivo desde as primeiras incursões na pesquisa.

Aos membros da banca de qualificação, Prof. Dra. Maria das Graças e Prof. Dr. Douglas Ferreira Barros, pelas críticas e sugestões.

Ao CNPQ, pela bolsa que facilitou o período de desenvolvimento das pesquisas.

Ao Prof. Dr. Sérgio Cardoso, pela prontidão em aceitar presidir a banca de defesa.

Aos amigos Frederico Diehl, Daniel Antiquera e Newton Gomes Pereira pela paciência na leitura do texto, pelas discussões e sugestões que enriqueceram o trabalho.

Às funcionárias do departamento de filosofia, Maria Helena e Verônica, pelo apoio em todos os tramites burocráticos da vida acadêmica.

À todos aqueles amigos que de forma direta o indireta contribuíram para que esse sonho fosse concretizado.

Resumo

BERBEL, Marco Antonio Facione. As armas como instrumento de ação política em Maquiavel: uma análise de *O príncipe*. 2009. 114 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Maquiavel procura esclarecer quais são os mecanismos que colocam em movimento as engrenagens do agir político. Nesta perspectiva, sua investigação aponta para os elementos que tornam possível promover uma ação política eficaz, sobretudo, as boas armas e as boas leis. No entanto, em *O príncipe*, percebe-se nitidamente que as boas armas têm mais relevância que as boas leis, uma vez que as boas armas são colocadas pelo autor como condição primordial da existência de um principado. Dessa forma, o esclarecimento das questões que envolvem as boas armas ocupa um lugar privilegiado, visto que Maquiavel identifica nelas um instrumento indispensável para a conquista, fundação, manutenção do poder do príncipe.

Abstract

BERBEL, Marco Antonio Facione. Weapons as an instrument of political action in Machiavelli: an analysis of *The Prince*. 2009. 114 f. Thesis (Master) - Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences. Department of Philosophy, University of São Paulo, São Paulo, 2009.

Machiavelli seeks to clarify what are the mechanisms that set in motion the gears of political action. In this perspective, his research points to the elements that make it possible to promote an effective political action, above all, good arms and good laws. However, in *The Prince*, we see clearly that the good weapons are more important than good laws, because the good weapons are placed by the author as essential for the existence of a principality. Thus, clarification of the issues surrounding the good weapons occupies a privileged place, as Machiavelli identifies them an indispensable tool for conquest, founding, maintaining the power of the prince.

Sumário

Introdução.....	9
Capítulo I – A ação política.....	13
1 – Introdução.....	13
2 – A ação política em O príncipe.....	17
2.1 – <i>Virtù</i> e <i>fortuna</i>	22
2.2 – Conquista.....	34
2.3 – Fundação.....	45
2.3 – Conservação.....	55
Capítulo 2 – As armas.....	61
1 – Introdução.....	61
2 – A necessidade da lei.....	63
3 – A necessidade das armas.....	69
4 – As armas inúteis.....	75
5 – As boas armas.....	96
6 – O povo e as boas armas.....	101
Conclusão:.....	108
Bibliografia:.....	111

Introdução

O presente trabalho pretende analisar a questão das armas em O *príncipe* de Maquiavel, buscando identificar como e por qual motivo são consideradas um dos instrumentos mais eficazes para a realização da ação política. Em todos os escritos políticos do secretário florentino é possível constatar seu empenho em decifrar as engrenagens e os mecanismos de funcionamento do mundo político. Nesse sentido, o autor analisa vários aspectos; dentre eles, a importância das armas e sua necessidade para garantir uma ação política eficaz. Maquiavel considera que as armas, por proporcionarem a força suficiente para combater as adversidades, são indispensáveis para a obtenção de sucesso na conquista e de segurança no principado. Dessa forma, pode ser constatada uma relação intrínseca entre as questões militares e as políticas.

A atenção de Maquiavel pelas armas pode ser percebida não somente em suas preocupações enquanto pensador político, empenhado em determinar como uma sociedade política pode ser fundada e conservada, mas também em suas análises enquanto secretário da *Segunda Chancelaria* e dos *Dez da Guerra*,¹ obstinado em encontrar soluções para aumentar a força e garantir a autonomia política de Florença.²

¹ A primeira instituição era encarregada de administrar os assuntos internos, inclusive os territoriais; a segunda cuidava dos interesses militares e exteriores de Florença. Cf. J. R. HALE, *Maquiavel e a Itália do Renascimento*, cap. 1. Segundo Sebastian De Grazia, “a função de secretário da Segunda Chancelaria é um trabalho de gabinete, numa escrivaninha, tratando de assuntos internos, inclusive territoriais; a de secretário dos Dez é mais trabalho de campo, na garupa de um cavalo, como enviado a diversos países. De qualquer forma, as duas áreas, de negócios do interior e do exterior, estão intimamente vinculadas. As responsabilidades de Niccolò não são especificadas com precisão, e

Os problemas militares foram objeto de interesse de Maquiavel desde suas primeiras missões diplomáticas, quando constatou a importância das armas para adquirir bons resultados políticos. Ao exercer o cargo de Segundo Secretário da República de Florença, ele verificou de um ângulo privilegiado como uma organização militar eficiente era fundamental para fornecer a força necessária para garantir a existência de uma cidade. Desde seus primeiros escritos políticos, produzidos durante esse período, um dos objetos mais privilegiados de análise são os problemas bélicos, procurando esclarecer como uma cidade equipada com armas próprias poderia manter sua estabilidade e integridade.³

Mas sua preocupação com as questões militares não se restringe somente a esse momento.⁴ Após o fim de seus serviços na chancelaria, marcado pelo retorno dos Médici ao poder de Florença, no final de 1512, ele aprofunda em suas principais obras políticas⁵ a reflexão sobre as questões militares, demonstrando como as boas armas são essenciais para alcançar bons resultados políticos. Ele chegou mesmo a compor um livro dedicado exclusivamente à análise das questões militares: *A arte da guerra*. Em O

também não há distribuição definidas por elas”. Sebastian DE GRAZIA, *Maquiavel no inferno*, p. 26.

² Isso fica explícito nos escritos de chancelaria. Cf. MACHIAVELLI, N. *L'Arte della Guerra e Scritti Politici Minori*, cura di Jean-Jacques Marchand, Denis Fachard e Giorgio Masi. Roma: Salerno Editrice, 2001.

³ Cf. Jean- Jaques MARCHAND, em seu livro *Niccolò Machiavello: i primi scritti politici (1499 – 1512)*.

⁴ Segundo Bernard WICHT, a maioria das questões debatidas por Maquiavel em suas grandes obras políticas são objeto de análise de seus textos anteriores (escritos de governo, correspondências e relatos de embaixada). WICHT, Bernard, *L'idée de milice e le modèle suisse dans la pensée de Machiavel*, p. 3.

⁵ *O príncipe, A arte da guerra, História de Florença e Discursos sobre a primeira década de Tito Livio*. Ao longo do texto, para fazer referência a esta última obra, será utilizado somente *Discursos*.

príncipe, apresenta as boas armas como um dos fundamentos indispensáveis para garantir solidez para todos os principados,⁶ além de serem apontadas como o único instrumento capaz de proporcionar segurança para o príncipe, sem que seja necessário depender de qualquer outro elemento.⁷ No segundo livro dos *Discursos*, as armas são apontadas como um dos principais instrumentos que forneceram a possibilidade para Roma alcançar toda sua grandeza.⁸

Embora as boas armas sejam apresentadas por Maquiavel como um dos instrumentos indispensáveis para realização de uma ação política eficiente, é interessante notar que há certa escassez de trabalhos que se propõem a realizar uma análise da relação entre os problemas militares e os políticos.⁹

A presente dissertação tem como objetivo investigar de que maneira as armas fornecem a capacidade para o príncipe realizar uma ação política eficiente tanto no âmbito interno quanto externo, verificando ainda como elas influenciam diretamente a obtenção de sucesso ou fracasso político. Para

⁶ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XII. A edição em língua portuguesa utilizada para fazer as referências: MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. [tradução Maria Júlia Goldwasser; revisão da tradução Zélia de Almeida Cardoso]. São Paulo: Martins Fontes, 2004. Para cotejar a tradução é usada a edição italiana: MACHIAVELLI, N. *De Principatibus*. [texto crítico a cura di Giorgio Inglese]. Assim, para fazer as citações são apresentadas a indicação do capítulo em números romanos e a linha em números arábicos. Este último tipo de marcação é utilizado pela edição italiana e confere mais precisão para as referências ao texto de Maquiavel.

⁷ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XIII, linha 26.

⁸ Maquiavel, *Discursos*, L. II, cap. 1-6.

⁹ Um trabalho dedicado exclusivamente à investigação dos problemas referentes às armas é o de WICHT, *L'idée de milice e le modèle suisse dans la pensée de Machiavel*. Alguns autores abordam determinados aspectos dos problemas militares; dentre eles podem ser destacados: Denis FACHARD, *Implicazioni Politiche nell'Arte della guerra*. In Niccolò Machiavelli. *Politico. Storico Letterato*. Atti del convegno di Losanna, 27-30 settembre 1995; J. G. A. POCOOCK, *Il momento Machiavelliano*, cap. VII; Jean-Jacques MARCHAND, *Niccolò Machiavelli i primi scritti politici (1499-1512): nascita di un pensiero e di uno stile*.

esclarecer isso, é efetuada a análise de *O príncipe*, procurando interpretar as passagens que esclarecem o objeto de estudo, mobilizando-se ainda outras obras de maneira acessória para aclarar determinados conceitos. Desse modo, busca-se compreender, mais especificamente, qual é o papel das armas na estrutura das organizações políticas do principado, identificando-se os problemas que decorrem de sua falta ou de seu uso inadequado. Assim, pretende-se compreender em que medida as armas legitimam e conservam o poder.

A dissertação está dividida em dois capítulos e uma conclusão. O primeiro capítulo tem como objetivo examinar, em *O príncipe*, as questões referentes a ação política e como as armas fornecem a possibilidade de alcançar eficácia nesse momento.

No segundo capítulo, será analisado como as armas são indispensáveis para garantir um valor efetivo para as leis, buscando determinar quais os tipos de armas podem ser utilizadas por um príncipe, procurando-se distinguir aquelas que são boas daquelas que são inúteis. Além disso, será analisado como os bons resultados ou os fracassos políticos são decorrentes da utilização daquelas que são boas ou inúteis. Na conclusão será apresentada a relação entre armas e ação política.

Capítulo I – A ação política

1 – Introdução

Maquiavel em sua reflexão política demonstra o claro objetivo de decifrar o funcionamento do mundo político, procurando determinar as engrenagens que o compõem e o movimentam. Em *O príncipe*, desde os primeiros capítulos, que tratam das dificuldades da conquista e da manutenção de um principado, até o último, que faz uma exortação para libertar a Itália das mãos dos estrangeiros, é possível verificar de maneira nítida esse propósito. Nas análises que efetua, o autor examina vários aspectos, dentre eles as questões relativas à realização de uma ação política. Ao dedicar atenção a esse problema, ele aponta quais medidas o príncipe deve tomar para agir de maneira eficiente, e destaca como uma das principais a utilização da força.

Desde o pensamento político antigo, passando pelas teorias políticas dos pensadores renascentistas, o uso da força sempre foi considerado um expediente de exceção, ao qual o governante deveria recorrer somente após falharem todos os meios regulares de governo.¹⁰ Entretanto, diferentemente daqueles que não viam a força como um elemento constitutivo da vida política, Maquiavel demonstra que é impossível ao príncipe prescindir do seu uso para

¹⁰ Quentin Skinner defende que o papel político da força é um dos pontos de desacordo entre Maquiavel e os escritores de sua época, dedicados a escrever espelhos de príncipe, gênero literário que procurava determinar as ações virtuosas que um príncipe deveria realizar para obter sucesso político. Cf. Quentin SKINNER, *As fundações do pensamento político moderno*, pp. 150-151.

agir de forma eficiente.¹¹ Mas, ao mesmo tempo em que apresenta isso, salienta que a violência não deve ser aplicada de maneira gratuita e sem motivo, insistindo na eliminação da crueldade e da brutalidade desnecessárias:

São bem empregadas as crueldades (se é legítimo falar bem do mal) que se fazem de uma só vez pela necessidade de garantir-se e que depois não se insiste mais em fazer, mas rendem o máximo possível de utilidade para os súditos. Mal empregadas são aquelas que, ainda que de início sejam poucas, crescem com o tempo, ao invés de se extinguirem.¹²

A força, portanto, não deve ser compreendida simplesmente em um sentido negativo, como a aplicação de uma violência física exacerbada, mas, antes, em seu sentido positivo – o elemento que permite instituir e preservar o poder político em um principado.¹³

Maquiavel afirma que “um príncipe deve ter dois receios: um interno, por conta de seus súditos, e outro externo, por conta das potências estrangeiras”.¹⁴ Por isso distingue entre o emprego da força no âmbito interno e no âmbito externo do principado.¹⁵

No que concerne à aplicação interna da força, Maquiavel afirma que ela deve ser utilizada para impedir que a tendência dos homens de agirem somente em benefício próprio e prejuízo alheio exceda os limites e passe a ser

¹¹ Cf. SKINNER, *As fundações do pensamento político moderno*, p. 151.

¹² MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. VIII, linhas 23-26.

¹³ De acordo com Norberto Bobbio, “A violência é força sem medida. A força é violência com medida”. Norberto BOBBIO, *O terceiro ausente*, p. 192.

¹⁴ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XIX, linha 7.

¹⁵ Nos escritos políticos de chancelaria, Maquiavel já apresenta a força como um meio indispensável para manter a coesão e a independência nacional. Cf. Jean-Jaques MARCHAND, *Niccolò Machiavelli i primi scritti politici*, p. 331.

fonte de problemas. Na reflexão maquiaveliana apresentada em *O príncipe*, os homens são descritos como sendo na maioria das vezes ingratos, volúveis, simulados, dissimulados, covardes e gananciosos.¹⁶ Devido a essas características, se o príncipe governá-los apenas com a bondade, fatalmente conhecerá a ruína: “um homem que queira fazer em todas as coisas profissão de bondade deve se arruinar entre tantos que não são bons”.¹⁷ Para obter êxito, portanto, o príncipe não deve esperar que os homens estejam inclinados a fazer exclusivamente o bem, pois podem em qualquer momento manifestar a sua maldade. Para se precaver e não deixar que ela instale o caos dentro do principado, o príncipe deve utilizar a força com a finalidade de impedir certas condutas e regular os desejos antagônicos, mantendo a obediência dos súditos às leis.¹⁸

Já no que se refere às questões externas, a força deve ser empregada como elemento de resistência e de expansão. Maquiavel sustenta que o desejo de conquista é um dos fatos mais comuns e naturais do mundo político.¹⁹ Desse modo, considera que é necessário encarar a guerra, tanto da perspectiva da defesa como do ataque, como um evento inevitável no horizonte das relações políticas externas: “as guerras não se evitam e, se adiadas, trazem vantagem para o inimigo”.²⁰ Visto que ela parece ser uma possibilidade sempre presente, o príncipe precisa estar preparado com uma força bem

¹⁶ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XVII, linha 10.

¹⁷ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XV, linha 15.

¹⁸ Para Maquiavel, a “manutenção de um governo bem-sucedido depende de uma disposição inabalável a suprir as artes da persuasão mediante o recurso à força militar efetiva”. Quentin SKINNER, *As fundações do pensamento político moderno*, pp. 150.

¹⁹ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. III, linha 40.

²⁰ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. III, linha 29.

proporcionada e apta não só para garantir a proteção do principado dos ataques efetuados por outras potências,²¹ como também para promover ofensivas contra inimigos externos. Para que isso seja possível, ele deve estar munido de armas, pois somente elas podem assegurar a força necessária ao êxito político.²²

Os problemas militares não aparecem de maneira isolada na reflexão maquiaveliana, mas conectados diretamente aos políticos. Em *O príncipe*, essa ligação pode ser percebida claramente na exposição das causas da fragilidade política italiana frente às potências externas. Maquiavel considera que um dos fatores determinantes dessa situação considera era a forma precária de organização militar das cidades, que apresentavam problemas desde os procedimentos adotados para efetuar o recrutamento das tropas até o seu armamento, preparação e condução.²³ Em sua opinião, essa situação poderia ser alterada somente por uma estrutura militar bem dimensionado que proporcionasse aos príncipes italianos a capacidade de “governar-se por si mesmos”,²⁴ o que significa que eles, ao possuírem armas, contariam com os meios adequados para defender as cidades, consolidando a sua posição política interna e frente às demais potências externas.

²¹ Em um escrito da época da chancelaria, *Parole da dirle sopra la provvisione del danaio, fatto un poco di proemio e di scusa*, Maquiavel afirma que “toda cidade, todo estado, deve considerar como inimigo todos aqueles que podem esperar ocupá-lo como seu e de quem não se pode defender”. MACHIAVELLI, *L'Arte della Guerra e Scritti politici minori*. p. 448.

²² As preocupações em relação à função política das armas podem ser observadas não somente nas obras de maior envergadura de Maquiavel, como *O príncipe*, os *Discursos* e *A arte da guerra*, mas também nos seus escritos de chancelaria. Entre os produzidos nessa época é possível destacar dois em particular: *Discorso sopra Pisa* e *Cagione della Ordinanza*. Cf. MACHIAVELLI, *L'Arte della Guerra e Scritti politici minori*.

²³ Cf. MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XII, linhas 27-31.

²⁴ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. X, linha 1.

O campo político no qual o príncipe desenvolve sua ação é marcado pela incerteza, sendo impossível obter um conhecimento preciso de todas as circunstâncias que o compõe. Para lograr êxito ele precisa, antes de mais nada, contar com um instrumento que lhe forneça a possibilidade para combater as adversidades, e a força das armas pode fornecer a melhor forma para conseguir isso. Ao refletir sobre os problemas militares, Maquiavel pretende evidenciar como as armas são indispensáveis para estabelecer e conservar uma ordem política, salientando que a falta de cuidado com elas pode representar a perda do poder.²⁵

[Sugestão do Alberto: Acho que aqui você teria que introduzir o capítulo I, ressaltando a relação das armas com a ação política e não apenas dizer que será analisada a seguir].

2 – A ação política em *O príncipe*

Maquiavel inicia *O príncipe* apresentando uma classificação simplificada das formas de exercício da autoridade política: “Todos os Estados, todos os domínios que tiveram e têm autoridade sobre os homens foram e são repúblicas ou principados”.²⁶ Ao restringir as formas políticas somente aos principados e às repúblicas, ele adota uma postura diferente em relação à tradição precedente, que procurava analisar a legitimidade e a ilegitimidade de

²⁵ Cf. MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XXIV, linha 5.

²⁶ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. I, linha 1.

certas formas de governo, como também a origem e a finalidade das organizações políticas. De acordo com Bignotto,

Maquiavel desfecha um ataque terrível à tradição, contentando-se com uma classificação extremamente simplificada das formas políticas. Desde os antigos, e ao longo de toda a Idade Média, estabelecer as diferenças entre a aristocracia, a tirania, a oligarquia, a monarquia e a anarquia sempre tinha sido uma das tarefas fundamentais do pensamento político.²⁷

Em *O príncipe*, Maquiavel analisa especificamente os principados. Afirma que deixará de lado as investigações sobre as repúblicas porque, em outra ocasião, já havia discorrido longamente sobre o assunto.²⁸ Concentrando suas análises somente no caso dos principados, estabelece uma subdivisão entre eles, que leva em consideração a forma como o príncipe ascende ao poder:

Os principados ou são hereditários – aqueles nos quais a linhagem de seu senhor vem governando há longo tempo – ou são novos. Os novos ou são inteiramente novos, como foi Milão para Francesco Sforza, ou são como

²⁷ Newton BIGNOTTO, *Maquiavel republicano*, p. 122.

²⁸ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. II, linha 1. Como apresenta José Antonio Martins, “essa frase tem sido fonte de grandes discussões entre os especialistas, principalmente no tocante a qual obra Maquiavel faz remissão. Os comentadores se dividem em três hipóteses: a) que haveria um livro sobre as repúblicas escrito antes de *O príncipe*; b) que esta obra seria os *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, embora a data de composição desse texto seja posterior a *O príncipe*; c) que uma primeira parte dos *Discursos* foi composta antes de *O príncipe*. Apesar de não haver um consenso, a hipótese mais provável é a terceira, conforme demonstra Felix Gilbert, *Machiavelli e il suo tempo*, Bologna, Il Mulino, 1977 [PP. 225-253]”. MAQUIAVEL, *O príncipe*. [introdução, tradução e notas José Antonio Martins]. São Paulo: Editora Hedra, 2007. p. 254, nota 5. Para mais informações sobre esse debate, conferir: SASSO, *Niccolò Machiavelli*: volume I – il pensiero politico, pp. 349-359; CHABOD, *Escrito sobre Maquiavelo*, pp. 41-78; Hans BARON, *En busca del humanismo cívico florentino*: Ensayos sobre el cambio del pensamiento medieval al moderno, pp. 331-398; MARTINS, José Antonio, *Os fundamentos da república e sua corrupção nos Discursos de Maquiavel*, cap.1.

membros anexados ao Estado hereditário do príncipe que os obtém, como é o reino de Nápoles para o rei da Espanha.²⁹

Os principados hereditários são os primeiros a receber atenção de Maquiavel. No entanto, esses principados não são objeto de uma investigação aprofundada, pois neles não é possível observar de maneira clara toda a extensão do problema da ação política, uma vez que, por estarem “acostumados à linhagem de seus príncipes, são bem menores as dificuldades para conservá-los do que nos novos”.³⁰ Ao assumir o poder, o príncipe hereditário encontra uma estrutura política bem definida, em que os súditos já estão acostumados à autoridade de sua dinastia. Claude Lefort explica que “a permanência do dominante enfraquece a resistência dos dominados de tal modo que a submissão é obtida com menos gastos”.³¹ Em virtude disso, o príncipe enfrenta poucos problemas para governar tais principados, uma vez que os súditos lhe obedecem. A ação dos príncipes hereditários parece ser tão fácil de ser realizada que Maquiavel se contenta em apresentar apenas duas medidas que devem ser observadas para se obter sucesso: primeira, não promover grandes mudanças na “ordem instituída pelos seus antepassados”,³² pois é esta que fornece a legalidade para o seu governo; segunda, “saber

²⁹ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. I, linha 2-3.

³⁰ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap.II, linha 3. Para Lefort, Maquiavel opta por iniciar suas análises pelos principados hereditários com o objetivo de mostrar aos seus leitores que a perspectiva adotada pelos pensadores medievais carece de relevância. Esses procuraram se debruçar sobre o caso dos hereditários para justificar a autoridade do príncipe que sobe ao poder pela sucessão como legítima, uma vez que sua ascensão ao poder era efetuada por meios pacíficos. LEFORT, *Sobre a lógica da força*, p. 38. Segundo Bignotto, Maquiavel abandona a investigação dos principados hereditários porque o manto da tradição que os envolve não fornece “a melhor ocasião para o estudioso da política que quer deslindar os mistérios da ação”. BIGNOTTO, *Maquiavel republicano*, p. 151.

³¹ LEFORT, *Sobre a lógica da força*, p. 40.

³² MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. II, linha 3.

contemporizar os acidentes”,³³ pois eventualmente surgirão circunstâncias em que será necessário tomar alguma decisão imediata que não se encontra inscrita nas leis.

As recomendações ao príncipe hereditário são exíguas porque o longo tempo de permanência de sua dinastia no governo anula as lembranças das primeiras alterações efetuadas para enraizar o poder. Assim, percebe-se que a consistência com a qual o príncipe mantém o seu poder é diretamente proporcional à distância que ele tem dos primeiros atos realizados pelos seus antecessores para fundar o poder. Em função dessa distância, o príncipe passa a contar com certa naturalidade³⁴ no poder, não precisando promover nenhuma alteração na ordem política: “o príncipe natural tem menos motivos e menos necessidade de afrontar os súditos; daí resulta que seja mais amado”.³⁵

A ligação do príncipe hereditário com o principado é tão íntima que nem mesmo a usurpação de seu poder por “alguma força excessiva e extraordinária”³⁶ pode representar uma grave ameaça para a aniquilação de seu poder. Os laços que se formam nos principados em que a dinastia vem governando há longo tempo são tão fortemente estabelecidos que não podem ser dissipados com facilidade por aquele que usurpa o poder. O usurpador, para alicerçar o seu domínio, precisa efetuar inúmeras alterações na ordem política do principado, as quais, por sua vez, deixam os súditos extremamente

³³ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. II, linha 3.

³⁴ Natural significa aquilo que se encontra inscrito nos costumes, pois o costume, segundo a concepção tomista, é uma segunda natureza; aquilo que encontra forma estável no tempo corresponde ao advento de um *habitus* cujo lugar e função inscrevem-se na hierarquia dos seres. LEFORT, *Sobre a lógica da força*, p. 39.

³⁵ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. II, linha 3.

³⁶ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. II, linha 3.

insatisfeitos, fazendo com que eles desejem o retorno do príncipe hereditário ao poder.

No principado em que uma mesma linhagem vem governando por longo tempo, ocorre uma acomodação das relações de força e uma estagnação do cenário político que impedem a possibilidade de novas mudanças:

com a antigüidade e a continuidade do poder, apagam-se as lembranças e as razões das alterações; pois uma mudança sempre deixa preparada a edificação da outra.³⁷

Entretanto, isso não quer dizer que o príncipe hereditário seja mais legítimo. Ele apenas tem o privilégio de desfrutar dos resultados positivos alcançados pelos seus antecessores na conquista e fundação do principado.

A única coisa que, de acordo com o secretário florentino, pode tornar o príncipe odioso e ocasionar sua queda são os vícios excepcionais. Contudo, se eles forem contidos, o príncipe não terá grandes dificuldades em manter o poder. Assim, ao contrário do que é exigido do príncipe novo, o hereditário não precisa demonstrar mais do que uma capacidade mediana para governar.³⁸ Ou seja, ele não terá necessidade de apresentar uma grande *virtù* para governar, o que se mostrará imprescindível para a ação do príncipe novo.³⁹

Após esclarecer as facilidades com as quais o príncipe hereditário conserva o seu poder, Maquiavel passa à análise dos desafios enfrentados

³⁷ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. II, linha 5.

³⁸ Cf. MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. II, linha 2.

³⁹ Pocock defende que o príncipe hereditário “é legitimado pelo costume e pela tradição e é, ainda, relativamente protegido dos golpes da fortuna e por isto não tem grande necessidade de possuir uma *virtù* extraordinária”. J. G. A. POCOCK, *Il momento Machiavelliano*, p. 323.

pelo príncipe em um principado novo: “é no principado novo que aparecem as dificuldades”.⁴⁰ A fim de superá-las e obter eficácia em sua ação, o príncipe deve demonstrar uma *virtù* excepcional, capaz de combater os eventos adversos da *fortuna*. As instabilidades que ele enfrenta na efetivação do seu poder advêm, em grande medida, das inovações que é obrigado a realizar para acomodar o seu poder. Para identificar quais as condições, as possibilidades e os limites da ação política é indispensável abordar o problema da *virtù* e da *fortuna*.

2.1 – *Virtù e fortuna*

Com o intuito de estabelecer e conservar uma ordem política, o príncipe precisa utilizar uma ampla variedade de estratégias e de métodos para garantir o sucesso da ação. O termo *virtù* é utilizado por Maquiavel para identificar justamente o conjunto de qualidades que permite ao príncipe agir conforme seus próprios desígnios, sem ter a necessidade de depender de qualquer elemento externo. Essas qualidades devem ser adotadas para impedir que as manifestações da *fortuna*, sempre imprevisível, arruinem seus projetos. O príncipe de *virtù* é aquele que age de acordo com as circunstâncias, com a finalidade de dominar a volubilidade da *fortuna*, evitando que ela promova destruições. Assim, a relação entre *virtù* e *fortuna* constitui um dos principais pontos para a compreensão da reflexão maquiaveliana sobre a atividade

⁴⁰ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. III, linha 1.

política.⁴¹ Essa relação pode ser percebida mais claramente nas análises efetuadas pelo autor no capítulo XXV de *O príncipe*, em que apresenta o confronto entre *virtù* e *fortuna*.

No início desse capítulo, Maquiavel expõe a formulação clássica que atribui à *fortuna* e a Deus o inexorável poder de governar os negócios humanos:

muitos foram e são de opinião de que as coisas desse mundo são governadas pela fortuna e por Deus e que os homens prudentes não podem corrigi-las, e até não têm remédio algum contra elas. Por isso, poder-se-ia julgar que não devemos incomodar-nos demais com as coisas, mas deixar-nos governar pela sorte.⁴²

Nessa proposição, conforme Bignotto, o secretário florentino “ousa mesmo a misturar a fortuna com a providência divina, como se entre o cristianismo e a teoria política romana não houvesse um fosso”.⁴³ Em Roma a deusa *fortuna* era a responsável por determinar o fluxo dos acontecimentos privados e políticos, podendo tanto beneficiar a realização dos empreendimentos humanos quanto arruiná-los. Apesar de sua grande inconstância, que poderia impedir ou favorecer a execução dos planos traçados pelos homens, os romanos não consideravam a *fortuna* uma força implacavelmente maléfica. Ao contrário, eles a tinham como uma aliada potencial cuja atenção era importante atrair, uma vez que ela poderia auxiliar os homens a alcançarem a honra, a

⁴¹ Senellart acredita que o pensamento de Maquiavel se estrutura em torno da dialética da *virtù* e da *fortuna*. Michel SENELLART, *As artes de governar*, p. 234.

⁴² MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XXV, linha 1.

⁴³ BIGNOTTO, *Maquiavel republicano*, p. 147.

glória, a riqueza e o poder.⁴⁴ Mas como a deusa era volúvel e inconstante, o grande desafio era encontrar uma forma de obter os seus favores. Os romanos acreditavam que, por ser mulher, ela se renderia e recompensaria mais facilmente os homens que demonstrassem maior virilidade para seduzi-la⁴⁵.

Com o advento do cristianismo, no entanto, a visão em relação à *fortuna* foi alterada. Na perspectiva cristã, ela deixa de ser considerada uma deusa benevolente que fornece os seus favores aos homens dispostos a seduzi-la, e passa a representar um poder inatingível e impossível de ser influenciado por qualquer ação humana.⁴⁶ Além disso, os bens que também eram valorizados no período clássico, tais como honra, poder, glória e riqueza, deixam de ter qualquer importância significativa.

A inflexão na forma de compreender o papel da *fortuna* pode ser percebida de maneira clara na argumentação desenvolvida por Boécio em *A Consolação da filosofia*.⁴⁷ Embora essa obra não seja especificamente de filosofia política, ela contém algumas considerações que foram determinantes para firmar a concepção cristã de instabilidade do mundo terreno.⁴⁸ Em suas investigações, Boécio procura conferir um novo papel à *fortuna*, não mais como uma deusa que age segundo seus próprios desejos, mas como um instrumento

⁴⁴ Cf. SKINNER, *Maquiavel*, p. 45.

⁴⁵ Para os romanos a oposição entre *fortuna* e *virtù* assumia constantemente a imagem de uma relação sexual: “uma inteligência ativa masculina tentava dominar uma imprevisível passividade feminina que o recompensaria e se submeteria a sua força, ou o trairia castigando-o por sua debilidade”. POCOOCK, *Il momento Machiavelliano*, pp. 128-129.

⁴⁶ SKINNER, *Maquiavel*, p.47.

⁴⁷ Para maiores informações sobre a reflexão filosófica de Boécio em geral, conferir: Étienne GILSON, *A filosofia na Idade Média*, pp. 159-180. Sobre sua importância para a reflexão política em particular, conferir: POCOOCK, *Il momento Machiavelliano*, pp. 127-147.

⁴⁸ Pocock sustenta que a *Consolação da Filosofia* não é uma obra de filosofia política, mas sim a filosofia de um homem político. POCOOCK, *Il momento Machiavelliano*, p. 127.

dos desígnios da vontade de Deus, um agente inexorável da providência divina. A *fortuna* é uma potência cega que distribuí os seus favores de forma aleatória e sem levar em conta o mérito de cada homem.⁴⁹ Essa forma imprevisível e indistinta de agir, segundo Boécio, tem o propósito de demonstrar aos homens que os bens terrenos (a honra, a glória, a riqueza e o poder), por serem fortuitos, não são fonte de felicidade verdadeira e, portanto, indignos de serem buscados.⁵⁰ Skinner sustenta que Boécio procura mostrar que a *fortuna* tem a função de afastar os passos do homem do caminho da glória mundana, encorajando-o a olhar mais além da prisão humana, para buscar sua morada celeste.⁵¹ Nesse sentido, a *fortuna* é considerada como uma *ancila Dei*, uma agente da providência divina, que tem o objetivo de indicar aos homens “que não se pode encontrar a independência nas riquezas, nem o poder no exercício das magistraturas, nem o reconhecimento público nas funções honoríficas, nem a celebridade na glória e tampouco o contentamento nos prazeres”.⁵²

Com o resgate dos valores clássicos efetuado no Renascimento, a visão cristã da *fortuna* como agente da providência divina foi colocada em questão. Os humanistas passaram a encará-la novamente como um poder instável que ora podia ser favorável, ora hostil ao homem, mas que, no entanto, deixava aberto um campo real à sua liberdade de ação.⁵³ Isso aconteceu devido ao retorno à idéia, implícita nos antigos, de que havia uma distinção entre *fortuna*

⁴⁹ BOÉCIO, *A consolação da filosofia*, p. 26.

⁵⁰ Cf. BOÉCIO, *A consolação da filosofia*, pp. 59-74.

⁵¹ Cf. SKINNER, *Maquiavel*, p. 47.

⁵² BOÉCIO, *A consolação da filosofia*, p. 71.

⁵³ Cf. SENELLART, *As artes de governar*, p. 233.

e destino.⁵⁴ Os humanistas, ao revisitarem os autores romanos, perceberam que a liberdade do homem de agir encontrava-se ameaçada quando a *fortuna* era assemelhada ao destino, ou seja, quando ela era concebida como uma força implacável e impossível de ser influenciada. Com a identificação desse problema, os humanistas retomaram a imagem da *fortuna* desenvolvida pelos antigos romanos, minimizando a influência da concepção cristã. Alguns autores repensaram os problemas da ação, entre os quais podemos apresentar Pico della Mirandola que, em *Um sonho com a Fortuna*, critica a pretensa ciência da astrologia por admitir que a *fortuna* dos homens é determinada pelas estrelas no momento do seu nascimento;⁵⁵ Leon Batista Alberti que, em *Sobre a Fortuna*, assegura que a *fortuna* é nociva aos homens que não confiam na própria força, sendo benevolente com aqueles que se opõem a ela de maneira vigorosa;⁵⁶ já Baldassare Castiglione, em o *Livro do cortesão*, afirma que a fortuna tem uma natureza destrutiva e contrária à virtude.⁵⁷

Maquiavel, ao abordar a influência da *fortuna* nos negócios humanos, parece a princípio concordar com a visão humanista.⁵⁸ Esse movimento de convergência com uma opinião corrente em seu tempo revela, na verdade, uma estratégia de argumentação, que pode ser dividida em dois momentos. No primeiro momento, o secretário florentino opera uma aparente aproximação e aceitação da teoria humanista. No momento seguinte, na medida em que sua

⁵⁴ Cf. SKINNER, *Maquiavel*, p. 48.

⁵⁵ Cf. SKINNER, *Maquiavel*, p. 48.

⁵⁶ Cf. José Luiz AMES, *Maquiavel: a lógica da ação política*, p. 126.

⁵⁷ Cf. SENELLART, *As artes de governar*, p. 233.

⁵⁸ Skinner defende que Maquiavel, em sua reflexão sobre a fortuna, mostra-se um legítimo herdeiro da visão humanista. Cf. SKINNER, *Maquiavel*, p. 49.

argumentação se desenvolve, ao invés de comprovar a validade da teoria, apresenta suas falhas. Isso fica claro na seguinte passagem, em que aparentemente concorda com a afirmação de que os homens deveriam deixar-se governar pela força da fortuna:

Essa opinião tem-se reforçado no presente devido às grandes variações que foram e são vistas todos os dias, além de qualquer conjetura humana. Pensando nisto, às vezes me sinto um tanto a inclinado a esta opinião: entretanto, já que nosso livre-arbítrio não desapareceu, julgo possível ser verdade que a fortuna seja árbitra de metade de nossas ações, mas que também deixe ao nosso governo a outra metade ou quase.⁵⁹

Bignotto afirma que Maquiavel, ao recorrer a um aspecto da tradição corrente, tem a intenção de combater as idéias que ele considera incapazes de expressar de maneira apropriada a realidade do mundo político.⁶⁰

Em suas análises, Maquiavel deixa claro como o príncipe deve agir frente a uma força que a princípio seria alheia a qualquer tipo de controle humano. Embora o autor não negue a existência da *fortuna*, nem mesmo a sua capacidade de influenciar os rumos dos acontecimentos, não credita a ela uma força ilimitada e capaz de regular inevitavelmente o destino dos negócios humanos. Mesmo que a deusa seja árbitra de metade das ações humanas, o homem não é completamente impotente e submisso aos seus poderes, pois, por dispor de condições para impor resistência aos seus golpes, pode dominar a parte que ela não exerce influência. A questão, portanto, é saber de que maneira isso pode ser feito.

⁵⁹ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XXV, linha 3-4.

⁶⁰ Cf. BIGNOTTO, *Maquiavel republicano*, p. 148.

Uma indicação de como os homens podem proceder para interromper a ação volúvel da *fortuna* é fornecida por Maquiavel na comparação que efetua entre ela e a força da natureza:

comparo a sorte [sic!]⁶¹ a um desses rios impetuosos que, quando se irritam, alagam as planícies, arrasam as árvores e as casas, arrastam terras de um lado para levar a outro: todos fogem deles, mas cedem ao seu ímpeto sem poder detê-los em parte alguma. Mesmo assim, nada impede que, voltando a calma, os homens tomem providências, construam barreiras e diques, de modo que, quando a cheia se repetir, ou o rio flua por um canal, ou sua força se torne menos livre e danosa. O mesmo acontece com a fortuna, que demonstra sua força onde não encontra uma *virtù* ordenada, pronta para resistir-lhe e volta o seu ímpeto para onde sabe que não foram erguidos diques ou barreiras para contê-la.⁶²

Trazendo essa metáfora para o campo político, o autor indica claramente que, sem dúvidas, a *fortuna* pode exercer um grande poder sobre os negócios humanos, mas isso não torna impossível ao príncipe mitigar os seus perigos. Isso pode ser conseguido a partir do momento em que os problemas são antecipados e são preparados meios para resistir e combater as conseqüências nefastas da *fortuna*. Ao executar medidas preventivas, o príncipe pode se defender da força destrutiva da *fortuna*, conservando sua capacidade de ação.

Para obter êxito, o príncipe deve estar atento para o fato de que os acontecimentos não surgem de maneira aleatória, nem são fruto do mero

⁶¹ A edição utilizada traduz de forma equivocada o conceito de *fortuna* por *sorte*. Isso traz inúmeros problemas para uma interpretação correta da passagem, uma vez que o primeiro termo compreende uma gama maior de significados.

⁶² MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XXV, linha 5-7.

acaso. A manifestação deles obedece a determinadas condições que podem ser plenamente identificáveis. Quando os eventos são previstos com certa antecedência, o príncipe de *virtù* tem a possibilidade de impedir a concretização daqueles que possam trazer conseqüências negativas. Isso fica expresso nitidamente na continuação da citação apresentada acima, quando Maquiavel lamenta a situação atual da Itália:

Se considerares a Itália, que é sede e origem dessas alterações, verás que ela é um campo sem diques e sem qualquer defesa; caso ela fosse convenientemente ordenada pela *virtù*, (...) esta cheia não teria causado as grandes mudanças que ocorrem, ou essas nem sequer teriam acontecido.⁶³

Com isso, são as ações e o conhecimento humano os fatores determinantes para a definição dos destinos políticos e não a força misteriosa da *fortuna*. Ela deve ser considerada uma adversidade da natureza que, por maior que seja, representa apenas uma adversidade, mas que não é de forma alguma intransponível para o príncipe dotado de capacidade de ação. Assim, como um rio enfurecido pode provocar grandes catástrofes em lugares despreparados, a *fortuna* também gera danos somente onde não encontra os limites da *virtù*. Ou seja, os problemas enfrentados pelo príncipe não são fruto exclusivamente das circunstâncias temporais, mas de seu desconhecimento do mundo político e de sua omissão em preparar barreiras para a ação da *fortuna*.⁶⁴ Quando esta obtém vitória sobre a *virtù*, ela não era genuína, mas sim apenas um

⁶³ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XXV, linha 8.

⁶⁴ Maquiavel, no capítulo XXIV, faz a seguinte crítica aos príncipes italianos: “aqueles nossos príncipes que tiveram por muitos anos o seu principado, que não acusem a fortuna por tê-lo perdido, mas a sua própria indolência por não terem jamais, em épocas de paz, pensado que os tempos poderiam mudar (é um defeito comum entre os homens não levar em conta a tempestade, durante a bonança)”. MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XXIV, linha 8.

simulacro.⁶⁵ Dessa forma, Maquiavel defende que a situação catastrófica da Itália poderia ser evitada caso houvesse uma *virtù* capaz de antever os tempos adversos e preparar a península para enfrentá-los.

A *fortuna* corresponde ao conjunto de circunstâncias que cercam as ações do príncipe e que exige dele um grande esforço para dar uma resposta eficaz. Por isso, Maquiavel afirma que o campo político não é simples e de fácil apreensão, mas complexo, composto por um conjunto intrincado de efeitos derivados das omissões e das ações humanas. Dessa feita, a eficiência da ação é proporcional ao conhecimento que o príncipe apresenta da história e dos homens, como também da capacidade que demonstra para diagnosticar as circunstâncias e as implicações da sua própria ação. Com isso, maior será o seu poder de ação e menor será a influência da *fortuna*. Para Bignotto, Maquiavel busca

mostrar que, para pensarmos a ação política é preciso não creditar à 'fortuna' mais do que ela pode efetivamente fazer. Se reconhecemos que a ação humana é criadora de nossas realidades, é preciso seguir até o fim dessa determinação e chegar à conclusão de que todo o problema reside na *virtù*, e não na fortuna, que aparece no curso de nossos atos apenas como uma força de oposição, como um obstáculo a ser transposto.⁶⁶

Para alcançar sucesso, portanto, o príncipe deve compreender a realidade de seu campo de ação, procurando identificar a maneira adequada de agir em um mundo marcado pela contingência.

⁶⁵ Cf. AMES, *Maquiavel: a lógica da ação política*, p.133.

⁶⁶ BIGNOTTO, *Maquiavel republicano*, p. 147.

Mesmo que o príncipe demonstre uma capacidade excepcional, ele precisa estar ciente de que a esfera política é marcada por uma reunião de condições que não podem ser dominadas completamente. Por isso, o sucesso depende do acordo que o príncipe estabelece entre a sua natureza e o curso dos acontecimentos:

Creio ainda que é feliz aquele que combina seu modo de proceder com as exigências do tempo e, similarmente, que são infelizes aqueles que, pelo seu modo de agir, estão em desacordo com os tempos.⁶⁷

Fica claro que, para agir de forma eficiente, o príncipe deve levar em consideração a natureza dos tempos e as medidas que estes exigem: “Precisa, portanto, ter o espírito preparado para voltar-se para onde lhe ordenarem os ventos da fortuna e as variações das coisas”.⁶⁸ Dessa forma, para alcançar a glória e a riqueza, que são os fins almejados por todos os homens,⁶⁹ o príncipe necessita, ao invés de se contrapor às condições exteriores que escapam ao seu controle, adequar sua maneira de proceder às circunstâncias, buscando uma saída exeqüível para os problemas.

Entretanto, isso não é realizado sem maiores dificuldades. Maquiavel observa que os procedimentos adotados pelo príncipe devem variar e os resultados alcançados também, pois modos de agir diferentes podem levar ao mesmo objetivo e modos semelhantes conduzir a opostos. Tudo depende de como o príncipe encara a realidade de seu campo de ação imediato:

⁶⁷ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XXV, linha 11.

⁶⁸ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XVIII, linha 15.

⁶⁹ Cf. MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XXV, linha 12.

se um príncipe se conduz com prudência e paciência, e os tempos e as coisas contribuem para que seu governo seja bom, será bem-sucedido; mas, se mudarem os tempos e as coisas e ele não mudar o seu modo de proceder então se arruinará. (...) se mudasse de natureza de acordo com os tempos e com as coisas, não mudaria de fortuna.⁷⁰

É possível perceber que o sucesso ou o fracasso político dependem de como o príncipe age em relação às variações dos tempos, e não exclusivamente do poder da *fortuna*. Assim, é impossível que a ação política seja submetida a uma fórmula fixa, que sirva de modelo absoluto para o príncipe. Seu modo de agir está exposto à contingência do mundo e por isso precisa se adequar a ela.

A *virtù* é empregada por Maquiavel para designar justamente aquelas qualidades que permitem ao príncipe adequar suas formas de ação em relação às variações do tempo, agindo conforme os seus efeitos e com o intuito de anular a imprevisibilidade da *fortuna*. Ao afirmar que a *fortuna* é mulher, tomando o partido dos romanos em contraposição ao ideário cristão, o secretário florentino indica que uma das formas de minimizar a inconstância dela é demonstrar as características viris, próprias da masculinidade: razão, prudência, habilidade militar e coragem.⁷¹ É possível considerar os seguintes atributos que fornecem a possibilidade para o príncipe alcançar seus objetivos:

inteligência para calcular os recursos a empenhar na ação, um vivo sentido de realidade, uma rápida compreensão do que cada circunstância possibilita ou autoriza e, quando necessário, a capacidade de adotar os recursos extraordinários de simular e dissimular, de despende-se dos escrúpulos da

⁷⁰ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XXV, linha 15.

⁷¹ Cf. DE GRAZIA, *Maquiavel no inferno*, p. 225.

moralidade corrente, sempre que isso se impõe como condição de êxito para a ação.⁷²

Dessa forma, o príncipe não pode estar submetido a um conjunto de regras que o impeça de encontrar a opção mais adequada de ação para a ocasião. É a necessidade específica do momento que vai determinar seu modo de proceder e justificar os meios escolhidos para alcançar seus objetivos políticos.⁷³ A *virtù* maquiaveliana corresponde a um modo de agir com flexibilidade diante das mudanças de circunstâncias. De acordo com Skinner,

‘virtù’ é o nome dado àquele conjunto de qualidades que permitem a um príncipe aliar-se com a ‘fortuna’ e conseguir honra, glória e fama. Mas [Maquiavel] afasta o sentido do termo de toda e qualquer conexão necessária com as virtudes cardeais e principescas. Argumenta, ao contrário, que a característica que define um príncipe verdadeiramente virtuoso consistirá em uma disposição de fazer tudo aquilo que for ditado pela necessidade – independente do fato de ser a ação eventualmente iníqua ou virtuosa – para alcançar seus mais altos objetivos. Deste modo, ‘virtù’ passa a denotar precisamente a qualidade da flexibilidade moral que se requer de um príncipe: ‘ele deve ter a mente pronta a se voltar em qualquer direção, conforme os ventos da ‘fortuna’ e a variabilidade dos negócios assim os exijam’.⁷⁴

O príncipe de *virtù* deve, em relação ao mundo político, agir sempre de maneira original e diferente, adaptando-se a qualquer situação adversa.

⁷² AMES, *Maquiavel: a lógica da ação política*, p. 133

⁷³ Segundo Robert Chisholm, “Para Maquiavel, não há fundamento para julgamentos universais, há apenas uma resposta para a circunstância particular. Pode-se chegar até a dizer que ‘a ação estabelece o terreno da moralidade’. A ação humana é a única base para julgamentos normativos e a ação política é a ação humana que cria a ordem dentro da qual tais julgamentos podem ser feitos”. Robert CHISHOLM, *A ética feroz de Maquiavel*, pp. 52-53.

⁷⁴ SKINNER, *Maquiavel*, p. 65.

Maquiavel, ao distinguir a especificidade do campo político, salienta que para agir de forma eficiente o príncipe precisa adaptar o seu comportamento à realidade. Assim, a ação política obedece a uma lógica própria, que não pode ser submetida a nenhum princípio de regulamentação externo que interfira na obtenção de bons resultados políticos. Nesse sentido, no curso de sua ação o príncipe deve, em determinadas ocasiões, adotar medidas que são completamente diferentes daquelas seguidas pelos homens em sua vida privada.⁷⁵ No entanto, isso não significa que ele esteja liberado de quaisquer deveres, mas os critérios para defini-los precisam estar de acordo com a finalidade de sua ação, que é a conquista, a fundação e a conservação do poder político.

2.2 – Conquista

A partir do terceiro capítulo de *O príncipe*,⁷⁶ Maquiavel analisa todas as dificuldades enfrentadas na fundação de um principado novo, expondo as atitudes mais adequadas para combatê-las e superá-las. Ao abordar tal problema, especialmente no caso em que a fundação resulta da guerra, torna-

⁷⁵ Segundo Bobbio, “ações que são lícitas em política não são lícitas em moral: ou, o que dá no mesmo, o que a moral proíbe com freqüência é consentido em política. Em outras palavras: os homens políticos se consideram autorizados a cumprir, em determinadas circunstâncias, aquilo que a moral comum condena”. BOBBIO, *O terceiro ausente*, p. 212.

⁷⁶ Pocock defende que o terceiro capítulo é de grande importância para compreender *O príncipe*, pois aborda diretamente a inovação; este tema, segundo o intérprete, é o objeto central da obra. POCOCK, *Il momento Machiavelliano*, 319-358.

se inevitável tratar também das questões referentes à conquista, dado que elas fazem fronteira uma com a outra⁷⁷.

Na ação de conquista é impossível dispensar a utilização das armas para invadir o novo território e promover a dissolução da ordem política anterior, situação que ocasiona inúmeros danos a todos aqueles que o habitam. Isso engendra o ódio naqueles que sofrem as conseqüências dessa ação, isso leva a concluir que a conquista representa um momento de caráter negativo, uma vez que é necessário utilizar força de maneira ampla para destruir toda a ordem que existia anteriormente no principado. Já o momento da fundação tem um caráter positivo, pois a presença da violência pode ser afastada para fornecer as bases da criação de uma nova ordem política.

A ação de conquista exige que o príncipe leve em conta, antes de tudo, a periculosidade de sua ação e os inúmeros obstáculos que deverá superar para triunfar. Maquiavel considera que para o príncipe lograr êxito nesse momento precisa demonstrar uma grande *virtù*, pois não pode depender de nenhum elemento que esteja fora de seu domínio, devendo contar somente “com o que é seu e não com o que é de outros”.⁷⁸ Nessa perspectiva, as armas mostram-se essenciais, pois elas fornecem os meios necessários para o príncipe agir de maneira independente, sem precisar recorrer a mais ninguém na concretização da conquista. Entretanto, é importante ressaltar que, embora Maquiavel saliente que o desejo de conquista como algo natural e comum,⁷⁹ não admite que ela seja feita sem esmero: “quando não podem e querem

⁷⁷ Cf. BIGNOTTO, *Maquiavel republicano*, pp. 115-116.

⁷⁸ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XVII, linha 23.

⁷⁹ Cf. MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. III, linha 40.

realizá-la de qualquer modo, neste caso estão errados e devem ser recriminados”.⁸⁰ O príncipe deve demonstrar todo o cuidado em sua ação porque está exposto a uma quantidade excessiva de obstáculos.

Uma das principais dificuldades arrostadas pelo príncipe nesse momento, como também na manutenção daquilo que foi conquistado, advém da variabilidade e da instabilidade dos desejos humanos, que “podem servir ao conquistador num dia e destruí-lo no outro”.⁸¹ Esse é um óbice que Maquiavel considera natural em todos os principados novos, uma vez que os homens sempre se mostram dispostos a “mudar de senhor, se acreditam que, com isso, irão melhorar”.⁸² A esperança de obter uma vida melhor, segura e próspera leva os habitantes de um principado a realizar inúmeras desordens, amotinando-se contra o governante atual em favor de um novo que lhes ofereça possibilidade de adquirir maiores benefícios.

No entanto, para o príncipe tenha condições de conquistar o poder, é indispensável que uma parte dos habitantes colabore com ele: mesmo que “disponha de exércitos valorosos, sempre precisará do apoio dos habitantes para penetrar em uma província”.⁸³ Contudo, o príncipe não tem condições de manter como aliados aqueles que lhe forneceram apoio, pois nunca poderá oferecer a eles todos os benefícios que esperavam receber. Ao assumir o poder, ele suscita a inimizade e a hostilidade não somente daqueles que se

⁸⁰ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. III, linha 40. Para Bignotto, o interesse de Maquiavel está em “demarcar no campo das ações humanas, o lugar da conquista, tido como o que melhor expõe o eterno movimento que constitui a política”. BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel republicano*, p. 124.

⁸¹ BIGNOTTO, *Maquiavel republicano*, p. 124.

⁸² MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. III, linha 1.

⁸³ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. III, linha 3.

beneficiavam com a antiga ordem e têm seus privilégios suprimidos, mas também daqueles outros que eram seus partidários e não têm seus desejos completamente atendidos. Por isso, os príncipes devem analisar

bem as razões que motivaram aqueles os que os favoreceram. Se estas não representarem uma natural afeição por eles, mas apenas um descontentamento com aquele Estado, somente com grande esforço e trabalho poderá conservá-los como amigos, pois é quase impossível que um príncipe possa contentá-los.⁸⁴

A impossibilidade de contentar plenamente aqueles que fornecem ajuda para o príncipe conquistar o principado pode ser observada de maneira clara no caso da aquisição de Milão efetuada por Luis XII, rei da França: o povo milanês “que lhe havia aberto as portas, ao perceber que se equivocara em sua opinião sobre os benefícios esperados, não pôde suportar os aborrecimentos provocados pelo novo príncipe”⁸⁵ e procuraram em Ludovico Sforza uma solução para a insatisfação com o rei.

A causa intrínseca que leva os homens a promoverem constantes alterações no governo está diretamente relacionada com a recorrência e a insaciabilidade dos desejos.⁸⁶ Quando os habitantes auxiliam o príncipe a realizar a conquista, fazem isso com a intenção de receber maiores benefícios. Mas é impossível que o príncipe tenha capacidade de satisfazer completamente todos os desejos daqueles que o auxiliaram. Há uma

⁸⁴ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XX, linhas 21-22.

⁸⁵ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. III, linha 4.

⁸⁶ Sobre o problema do desejo na reflexão política de Maquiavel conferir: Helton ADEVERSE, *Maquiavel, República e o desejo de liberdade*. Revista Tans/Form/Ação, 30 (2): 33-52, 2007; DE GRAZIA, Sebastian, *Maquiavel no inferno*, pp. 269-271.

desproporção irreconciliável entre aquilo que se deseja e o que se pode obter, situação que produz um profundo descontentamento naqueles que não têm seus desejos satisfeitos. A insatisfação, que é proveniente da distância e da impossibilidade de harmonização entre o querer e o realizar, motiva os homens a um movimento incessante de busca. Mesmo que um príncipe tenha capacidade para aplacar os desejos e os apetites de seus novos governados, isso será efetuado apenas de maneira parcial e temporária. Os desejos não podem ser satisfeitos de maneira completa porque não há nenhuma forma de impedir que se expandam indefinidamente e surjam novos, que chegam com a mesma urgência para serem satisfeitos como os antigos. Maquiavel aponta isso como a causa principal do fracasso de Luís XII em sua primeira tentativa de conquistar Milão. Após elucidar as razões que levaram o rei a esse resultado desastroso, o florentino elenca algumas medidas que poderiam ter sido adotadas para que reconquista da cidade, uma vez que também fracassou nessa empreitada. Embora o secretário florentino trate dos problemas referentes à anexação de um principado novo a um antigo, sua exposição parece ser mais ampla, determinando quais expedientes poderiam ser aplicados por um príncipe na conquista de qualquer principado novo.

De acordo com Maquiavel, os principados conquistados podem ser distinguidos de forma geral entre aqueles que têm a mesma língua e costumes e os que não têm. Para Lefort, da análise da situação em que o príncipe se encontra no momento após a realização da conquista sobressai o caráter duplo de sua ação: “vai no sentido da maior e da menor violência”.⁸⁷ Assim, no caso

⁸⁷ LEFORT, *A lógica da força*, p. 43.

daqueles principados que têm a mesma língua e costumes, a principal medida, aquela que expressa a maior violência, é a de eliminar o príncipe antigo e toda a sua dinastia, impedindo, com isso, que a qualquer instabilidade ele tenha a oportunidade de retomar o poder. Mas, ao mesmo tempo, é preciso evitar qualquer alteração nas leis e impostos que vigoravam anteriormente. Essa medida visa a minimizar a violência somente aos antigos dirigentes, sem irradiá-la para todo o corpo social.

No entanto, uma situação mais complexa é enfrentada por aqueles que conquistam um principado “em regiões totalmente diferentes quanto à língua, costumes e instituições”.⁸⁸ Neste caso, o príncipe deve determinar em primeiro lugar como será a ocupação do território. A primeira medida e a mais eficaz, para Maquiavel, é que o príncipe fixe residência no local conquistado. Isso porque, ao habitá-lo, ele pode distinguir com clareza quaisquer indícios de desordens e eliminá-las ainda em seu início, impedindo que elas tomem corpo e se alastrem para toda a sociedade. Além disso, com a presença do príncipe, os funcionários, incumbidos de administrar o principado, mostram-se mais intimidados em pilhá-lo; enquanto os súditos, por terem a possibilidade de fazer suas reclamações e reivindicações diretamente ao príncipe, passam a respeitá-lo ainda mais. Isso proporciona um duplo benefício: por um lado, faz crescer o respeito daqueles que têm suas demandas aceitas e, por outro lado, inibe a ação daqueles que se mostram contrários ao seu governo.

Mas, caso não seja possível tomar essa primeira medida, em função de o príncipe já possuir outro domínio e não ter como se ausentar dele, Maquiavel

⁸⁸ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. III, linha 11.

expõe uma segunda medida capaz de trazer os mesmos benefícios: instalar colônias. Esse procedimento possibilita substituir o exército de ocupação, que, por contar com um contingente de soldados considerável, onera as receitas do principado de maneira excessiva. Para mantê-los em campo, é necessário despender recursos financeiros extremamente elevados, fato que transforma a conquista em fonte de prejuízos, ao invés de benefícios. Além desse problema, um exército de ocupação deixa sempre presente na memória dos súditos os danos provocados pela invasão que determinaram sua sujeição ao poder do príncipe. Ao estabelecer as colônias, os impactos negativos ocasionados pelas ofensas que foram geradas com a conquista são minimizados, pois a violência fica restrita somente a um número pequeno de pessoas que têm suas terras e seus bens confiscados. Maquiavel nota que

os homens devem ou ser mimados ou aniquilados, porque, se é verdade que podem vingar-se das ofensas leves, das grandes não o podem; por isso, a ofensa que fizer a um homem deverá ser de tal ordem que não se tema a vingança.⁸⁹

Como aqueles que são reduzidos à pobreza representam somente uma pequena parcela da população, eles não causam maiores transtornos, já que não têm capacidade para mobilizar uma força considerável para provocar qualquer espécie de problema. Os prejuízos sofridos por aqueles que tiveram seus bens confiscados, por sua vez, tolhem também o desejo dos que não sofreram nenhum prejuízo, inibindo-os de promover revoltas contra o príncipe e terem um fim semelhante.

⁸⁹ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. III, linha 18.

Maquiavel apresenta outras três regras que, diferentemente das duas anteriores, dizem respeito à forma de ação que o príncipe deve seguir para obter sucesso:

fazer-se chefe e defensor dos vizinhos mais fracos, empenhar-se em enfraquecer os poderosos de sua província e cuidar para que em hipótese alguma entre ali um forasteiro tão poderoso quanto ele.⁹⁰

Ao contrário das duas primeiras regras, estabelecer residência no local conquistado e fundar colônias, as quais o príncipe poderia optar entre uma ou outra, essas três novas regras são apresentadas como partes complementares de uma mesma forma de ação, sendo necessário, por isso, adotá-las em conjunto. Essas medidas, quando bem aplicadas, garantem ao príncipe o poder para controlar as relações de força existentes tanto no interior quanto no exterior do principado. Porém, para alcançar essa posição de liderança, é indispensável que ele disponha, antes de tudo, de armas. Isto porque são elas que fornecem ao príncipe uma força militar bem proporcionada e apta a assegurar não somente a sua segurança, mas também a de seus vizinhos menos poderosos. Isso traz conseqüências políticas favoráveis, pois ao se transformar em protetor daqueles que não dispõem de armas para defender-se o príncipe passa a contar com o apoio deles.

Lefort, ao analisar os problemas da conquista, assegura que as ações do príncipe no momento da conquista “são determinadas pelo estado de guerra que se encontra, ao mesmo tempo, face a outros príncipes e face a seus

⁹⁰ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. III, linha 21.

súditos”.⁹¹ A partir do momento em que submete um território ao seu domínio, o príncipe deve erigir barreiras para não sucumbir aos ataques efetuados por seus inimigos, como também precisa procurar formas para se inserir no sistema de forças, modificado em função de sua própria ação e cujas perturbações tendem a se prolongar às suas custas.⁹² Assim, deve adotar uma estratégia que lhe possibilite adquirir uma posição de destaque. Para tanto, precisa de armas. Em primeiro lugar, para suprimir os focos de resistência mais perigosos, acautelando-se para que eles não representem nenhum tipo de limitação à sua ação. Em seguida, deve fazer com que a força que emana delas seja reconhecida como a única capaz de garantir a segurança para todos aqueles que não possuem nenhuma forma de proteção, sejam eles vizinhos do principado ou membros dele.

Nas relações externas isso ganha um relevo ainda maior, pois sem a presença de uma força militar apropriada o príncipe não tem condições de se fazer respeitar pelos demais governantes, mesmo que estes não tenham um grande poder. No entanto, quando o príncipe está armado e tem a capacidade de proporcionar amparo militar para todos aqueles que não o possuem, obtém o respeito tanto desses como daqueles que são fortes belicamente. Ao fornecer proteção para aqueles que são fracos militarmente, o príncipe os transforma em aliados tenazes, fato que aumenta ainda mais o seu poder. Com isso, ele pode se assegurar de maneira mais consistente contra qualquer ameaça, seja ela interna ou externa.

⁹¹ LEFORT, *A lógica da força*, p. 42.

⁹² Cf. LEFORT, *A lógica da força*, p. 43.

Ao adotar tais medidas, o príncipe tem a possibilidade de solucionar não somente os problemas presentes, mas, sobretudo, prevenir aqueles que eventualmente possam surgir no futuro. Conforme Maquiavel, isso é extremamente valioso, pois, ao prever as dificuldades com antecedência, é possível interromper logo no início seus efeitos nocivos:

todos os príncipes sábios devem fazer: precaver-se não somente contra as desordens presentes, como também contra as futuras, e evitá-las com toda a indústria porque, prevenindo-as quando estão distantes, podem facilmente remediá-las, mas, esperando que se avizinhem, será tarde demais para o medicamento, pois a doença já se terá tornado incurável.⁹³

O êxito ou o fracasso do príncipe depende da sua *virtù*, da sua capacidade de antever ou não as situações que poderão trazer algum tipo de dificuldade. A necessidade de antecipar as adversidades fica evidente na metáfora médica sobre a tísica: “no princípio o mal é fácil de curar e difícil de diagnosticar, mas, com o passar do tempo, não tendo sido nem diagnosticado nem medicado, torna-se fácil de diagnosticar e difícil de curar”.⁹⁴

Um dos objetivos de Maquiavel ao demonstrar a importância de antecipar os males é o de desferir um ataque contra uma máxima da política florentina, que recomendava ganhar tempo para tomar as melhores decisões.⁹⁵

⁹³ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. III, linha 26.

⁹⁴ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. III, linha 27.

⁹⁵ BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel republicano*, p. 125. Maquiavel, no capítulo XXI de *O príncipe*, deixa bem claro o perigo de adiar a tomada de decisão: “Um príncipe também é estimado quando é verdadeiro amigo ou verdadeiro inimigo, isto é, quando sem temor algum, declara-se a favor ou contra outro. Esse partido é sempre melhor do que manter-se neutro, porque, se dois poderosos vizinhos entrarem em guerra, e um deles vencer, das duas uma: ou tens o que temer do vencedor ou não. (...) Os príncipes irresolutos que, para fugir dos perigos imediatos, seguem o mais das vezes a via da neutralidade, quase sempre se arruinam”. MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XXI, linhas 11/17.

A protelação na tomada de determinadas decisões é extremamente perigosa em todo campo da ação política, mas pode ser ainda mais pernicioso naquelas conquistas em que o recurso às armas parece ser inevitável. Entre todas as formas de conquista do poder, a única que não provém da guerra é aquela realizado em um principado civil. Neste, um cidadão particular se torna príncipe por meio do apoio de seus concidadãos, ascendendo ao poder no “principado ou pelo favor do povo ou pelo favor dos grandes”.⁹⁶

O secretário florentino lembra que os romanos sempre tiveram em conta a necessidade de tomar decisões resolutas em todas as suas conquistas, e nunca permitiram que uma desordem se alastrasse para evitar uma guerra, pois “sabiam que as guerras não se evitam e, se adiadas trazem vantagem para os inimigos”.⁹⁷ Eles, em todas as ações que efetuaram, analisaram com cuidado todas as regras e medidas necessárias para garantir a segurança em uma conquista.

Aos resultados positivos alcançados pelos romanos, são contrapostos os problemas enfrentados por Luís XII para conseguir concretizar suas conquistas na Itália. Com isso, o autor tem a intenção de demonstrar como a displicência e a inobservância das regras e das medidas necessárias podem trazer prejuízos para a eficácia da ação política. A esse respeito o exemplo do rei francês é singular, pois seu fracasso deve-se justamente à ausência de um exame mais apurado das regras e medidas que servem de base para conquistar e manter um território dominado. Ao apresentar o modo equivocado de proceder do rei,

⁹⁶ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. IX, linha 1.

⁹⁷ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. III, linha 29.

Maquiavel tem a intenção de demonstrar como a ausência de uma avaliação política cuidadosa sobre as formas de agir em uma conquista pode trazer resultados negativos: “o rei Luís perdeu a Lombardia por não ter observado nenhuma das regras observadas por outros que tomaram províncias e as conservaram”.⁹⁸ Assim, para conquistar o principado o príncipe precisa demonstrar *virtù* para discernir entre aquelas estratégias que podem ser mais eficientes na realização da ação. Desse modo, a melhor forma de o príncipe obter sucesso na conquista do principado é estar equipado com boas armas, pois elas fornecem a força suficiente para superar qualquer adversidade.

2.3 – Fundação

O príncipe, ao obter sucesso na conquista do principado, passa da condição de conquistador para a posição de criador de uma nova ordem política.⁹⁹ Para Maquiavel, a realização da fundação de uma nova ordem política engendra inúmeros obstáculos e deve ser considerada uma das ações humanas mais complexas, pois não há nada que possa servir de base para o príncipe realizá-la: “devemos convir que não há coisa mais difícil de se fazer,

⁹⁸ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. III, linha 47. Segundo Maquiavel, o rei cometeu os seguintes erros: “aniquilou os menos poderosos; aumentou, na Itália, o poder de um poderoso; introduziu ali um estrangeiro poderosíssimo; não veio residir no lugar; não instalou colônias”; se apoderou de “territórios venezianos”. MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. III, linha 42. As ações empreendidas pelo rei caminham diretamente no sentido inverso das regras expostas por Maquiavel como as melhores para promover o êxito em uma conquista.

⁹⁹ BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel republicano*, p. 127.

mais duvidosa de se alcançar, ou mais perigosa de se manejar do que ser introdutor de uma nova ordem”.¹⁰⁰

As dificuldades enfrentadas pelo príncipe no momento da instauração de uma nova ordem decorrem da instituição das novas organizações políticas e dos novos costumes que deverão ser introduzidos para garantir a fundação de seu principado e de sua segurança.¹⁰¹

A tarefa de estabelecer uma nova ordem engendra inúmeros problemas, visto que os homens não apresentam nenhuma disposição em colaborar com o príncipe.¹⁰² A insegurança enfrentada por ele emerge da necessidade de ofender alguns e modificar a posição de muitos para conquistar e fundar o poder político no principado.¹⁰³ Os súditos demonstram aversão pelas alterações, isso os impele a resistir a elas; preferem, antes, a estabilidade dos ordenamentos já constituídos à adaptação aos novos. Tal comportamento pode ser observado não somente naqueles que retiravam benefícios da antiga ordem e têm seus privilégios eliminados, mas também na ausência de dedicação e bravura daqueles que serão favorecidos pela nova ordem. Maquiavel aponta duas razões para essa tibieza: primeira, o medo que ainda sentem daqueles que retiravam vantagens da antiga ordem política e tinham a lei ao seu lado; segunda, a desconfiança a respeito da eficácia da nova ordem e dos novos ordenamentos políticos. Afinal os homens “só crêem na verdade

¹⁰⁰ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. VI, linha 17.

¹⁰¹ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. VI, linha 16.

¹⁰² Cf. LEFORT, *A lógica da força*, pp. 56-57; nos mesmos termos, AMES, *Maquiavel: a lógica da ação política*, p. 185.

¹⁰³ Cf. POCOCK, J. G. A. *Il momento Machiavelliano*, p. 331.

das coisas novas depois de comprovadas por uma firme experiência”.¹⁰⁴ Assim, por não contar com o auxílio de ninguém, o príncipe enfrenta uma grande dificuldade para garantir a concretização da fundação: “à primeira ocasião, os inimigos atacam de modo feroz, enquanto os outros se defendem timidamente, de modo que se corre perigo a seu lado”.¹⁰⁵ Logo, o príncipe deve demonstrar toda a sua *virtù* para dar forma à nova organização política.

Apesar de Maquiavel considerar que os inimigos podem causar muito prejuízo ao quererem recuperar a antiga ordem, afirma que o príncipe pode conquistar o apoio deles com certa facilidade, encontrando neles maior fidelidade do que naqueles que eram seus aliados no início, pois

forçosamente terão eles que servi-lo com lealdade, uma vez que sabem que lhes é mais necessário ainda, em seu caso, apagar com atos a opinião adversa que se tinha deles. Assim, o príncipe sempre obterá maior proveito deles que daqueles que, servindo-lhe com excessiva segurança, negligenciam os interesses do príncipe.¹⁰⁶

Para obter sucesso em sua empreitada, o príncipe precisa estar munido de meios que lhe forneçam a possibilidade para agir conforme a seus próprios desígnios, sem que seja necessário recorrer a qualquer auxílio alheio porque aqueles que dependem de outros “acabam sempre mal e nada conseguem; mas quando dispõem de seus próprios meios e podem forçar é

¹⁰⁴ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. VI, linha 17.

¹⁰⁵ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. VI, linha 19. A posição do fundador se aproxima da do conquistador, pois parece não haver outro problema para o príncipe a não ser o de impor obediência aos súditos. Cf. LEFORT, *A lógica da força*, p. 55.

¹⁰⁶ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XX, linhas 19-20. Encontrar referência a respeito da posição de Maquiavel.

raro que fracassem”.¹⁰⁷ Nessa perspectiva, as armas podem ser identificadas como um dos instrumentos mais adequados para assegurar a realização da fundação, uma vez que fornecem os meios para o príncipe impor sua vontade e instituir os ordenamentos políticos do principado. Por isso Maquiavel recomenda que o príncipe não tenha

outro objetivo, nem pensamento, nem tomar como arte sua coisa alguma que não seja a guerra, sua ordem e disciplina, porque esta é a única arte que convém a quem comanda. É de tanta *virtù* que não só mantém aqueles que já nasceram príncipes, como também muitas vezes permite que homens de condição privada ascendam ao principado.¹⁰⁸

Para esclarecer a importância das armas na fundação, Maquiavel analisa como os grandes fundadores, e César Bórgia entre eles, fizeram uso delas. O secretário florentino indica que uma das causas para terem obtido sucesso foi estarem munidos de uma ferramenta que lhes fornecesse força para agir segundo seus próprios objetivos. Por estarem equipados com armas tiveram a capacidade para impor aos homens os ordenamentos políticos necessários para promover uma existência coletiva.

De acordo com Maquiavel, a fundação de uma ordem política, ao menos em seus primeiros momentos, deve ser realizada por um único homem, porque a diversidade de opiniões, característica das multidões, impede que haja uma objetividade na instituição dos novos ordenamentos políticos.¹⁰⁹

¹⁰⁷ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. VI, linha 21.

¹⁰⁸ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XIV, linha 1.

¹⁰⁹ Maquiavel, no capítulo nove do primeiro livro dos *Discursos*, apresenta essa idéia de forma clara. Isso pode ser observado já no título do capítulo: “de como é preciso estar só para se

No momento em que funda os novos ordenamentos do principado o príncipe deve apresentar uma grande *virtù* para agir, pois, como enfrentará inúmeras circunstâncias adversas, será necessário levar em consideração aquilo que é apropriado à ocasião e adequar sua ação às exigências específicas impostas por ela. Deve, portanto, ter capacidade para decidir sobre qual atitude tomar em relação aos acontecimentos e qual expediente será necessário adotar para superar as situações de ameaça. Em determinados momentos não será possível prescindir do uso da força, pois os homens não aceitam de maneira passiva o surgimento de uma nova ordem política, sendo necessário constrangê-los à obediência.

No capítulo XV de *O príncipe*, Maquiavel deixa clara sua intenção em refletir sobre as ações políticas a partir de fatos concretos: “sendo meu intento escrever algo útil para quem me ler, parece-me mais conveniente procurar a verdade efetiva das coisas do que o que se imaginou sobre elas”.¹¹⁰ O príncipe deve concentrar sua atenção na realidade política que o circunda, eliminando qualquer espécie de idealização em relação a ela, uma vez que esta pode levar à ruína, ao invés do sucesso. Nesse sentido, a reflexão sobre a história pode servir de base para obter conhecimentos úteis sobre a prática política: ao investigar as ações dos príncipes bem sucedidos é possível encontrar um parâmetro para desenvolver a ação; e, ao analisar as ações daqueles que

ordenar uma república nova ou para reformá-la inteiramente com ordenações diferentes das antigas”. Não é somente na fundação de um principado que o poder deve ser concentrado nas mãos de um único homem. No caso da fundação de uma república isso também é necessário, isto porque, para criar as leis, formar vida civil, ordenar os estatutos e as instituições, a autoridade deve estar concentrada nas mãos de um único homem. A tarefa do povo está em manter aquilo que foi organizado pelo fundador. MAQUIAVEL, N. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Livro I, cap. 9, pp. 40-43.

¹¹⁰ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XV, linha 3.

fracassaram, podem ser identificados os erros que cometeram para que sejam evitados.¹¹¹ Assim, a análise dos eventos históricos possibilita extrair aquilo que pode servir de referência para desenvolver uma ação política eficaz.

No que diz respeito às armas essa observação tem um papel fundamental, pois, ao compreender a forma como elas foram utilizadas por aqueles que obtiveram sucesso na fundação, é possível saber como transformá-las em um instrumento capaz de proporcionar os melhores resultados políticos nesse momento crucial da instituição da nova ordem política.

O interesse de Maquiavel por esse ponto pode ser observado de maneira clara no sexto capítulo de *O príncipe*, dedicado à análise dos principados inteiramente novos, em que tanto o príncipe quanto o seu governo não contam com nenhuma espécie de anterioridade.¹¹² Logo ao início do capítulo, explicita sua intenção de fornecer uma descrição detalhada sobre o momento da fundação: “que ninguém se espante se, ao falar dos principados inteiramente novos quanto ao príncipe e ao governo, eu recorrer a exemplos notáveis”.¹¹³ Com isso, o secretário florentino deseja esboçar, a partir do exemplo das ações dos grandes homens não uma regra fixa de ação, mas uma espécie de modelo geral para servir de inspiração aos príncipes que pretendem fundar um principado novo:

¹¹¹ Sobre a importância da história na reflexão política de Maquiavel: Patrícia ARANOVICH, Fontoura. *História e política em Maquiavel*. São Paulo: Discurso Editorial, 2007

¹¹² Lefort destaca que parece haver uma divergência entre aquilo que Maquiavel anuncia que tratará no capítulo e o assunto que o título do capítulo evoca. LEFORT, *A lógica da força*, p. 52.

¹¹³ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. VI, linha 1.

como os homens trilham quase sempre caminhos abertos por outros e pautam suas ações pelas imitações, embora não possa seguir em tudo os caminhos dos outros nem igualar a *virtù* daqueles que imita, um homem prudente deve sempre seguir os caminhos abertos pelos grandes homens e espelhar-se naqueles que foram excelentes.¹¹⁴

Os grandes homens, considerados excelentes e insignes de admiração, são Moisés, Ciro, Rômulo e Teseu.¹¹⁵ Para Maquiavel, esses personagens agiram de maneira modelar ao instituírem todos os ordenamentos políticos necessários para a criação de uma nova forma política.¹¹⁶ No momento da fundação, eles tiveram que demonstrar o mais elevado nível de *virtù*, isto porque não havia nada nenhum arranjo pré-estabelecido que os favorecesse. No entanto, essa dificuldade inicial transformou-se em algo positivo, pois diminuíram ao máximo a dependência em relação à fortuna:

examinado suas ações e suas vidas, veremos que não receberam da fortuna mais do que a ocasião, que lhes deu a matéria para introduzirem a forma que lhes aprouvesse.¹¹⁷

Eles retiraram da fortuna apenas o essencial para realizarem suas ações,¹¹⁸ adquirindo certa independência em relação a ela. Segundo Maquiavel, isso é

¹¹⁴ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. VI, linha 2.

¹¹⁵ Eles “oferecem o modelo da mais alta ação política, mas não é necessário nem, sem dúvida, possível que o príncipe novo se identifique com os heróis fundadores; basta que queira se assemelhar a eles, isto é, não tornar-se igual a eles, mas sim avançar no caminho traçado por eles”. LEFORT, *A lógica da ação política*, p. 53.

¹¹⁶ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. VI, linha 17.

¹¹⁷ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. VI, linha 10.

¹¹⁸ Maquiavel descreve na seqüência do texto aquelas ocasiões que propiciaram a possibilidade para os grandes fundares demonstrarem sua *virtù*: “era necessário, portanto, que Moisés encontrasse no Egito o povo de Israel escravizado e que este se dispusesse a segui-lo. Era preciso que Rômulo não se contentasse com Alba e tivesse sido abandonado ao nascer, para que se tornasse rei de Roma e fundador daquela pátria. Era preciso que Ciro encontrasse os persas decontentes com o império dos medas e estes debilitados e

extremamente importante para efetuar uma ação política eficaz, pois “aquele que depende menos da fortuna consegue melhores resultados”.¹¹⁹

O príncipe, ao minimizar a influência indeterminada da *fortuna*, pode superar de maneira mais segura todas as dificuldades impostas pela desordem dos acontecimentos, aproveitando a ocasião para impor uma determinada ordem política, ou seja, pode dar forma a uma matéria amorfa.¹²⁰ O príncipe opera nesse momento da mesma forma que o artista que tem em suas mãos um bloco de mármore, e que, aos poucos, começa a dar personificação à massa bruta e informe.¹²¹ Nesse sentido, a relação que o fundador estabelece com os indivíduos não é sensivelmente diferente daquela do escultor com o mármore bruto: a ação de um e de outro consiste na introdução da forma na matéria. Assim, da mesma forma que o artista precisa ter à sua disposição o martelo e o formão para esculpir a forma que deseja no mármore, o príncipe necessita de instrumentos que lhe forneçam a possibilidade para promover a melhor fundação possível. Dentre esses instrumentos, as armas podem ser identificadas como aqueles que proporcionam os melhores resultados.

enfraquecidos pela longa paz. Não poderia Teseu demonstrar sua virtù se não tivesse encontrado os atenienses dispersos”. MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. VI, linha 11-14.

¹¹⁹ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. VI, linha 5.

¹²⁰ Escorel declara que “para Maquiavel, o fundador de um estado, concentrando em suas mãos o poder absoluto, se coloca diante da coletividade como o intérprete de suas aspirações e do seu destino”. Lauro ESCOREL, *Introdução ao pensamento político de Maquiavel*, p. 134.

¹²¹ A metáfora do escultor é utilizada por Maquiavel tanto nos *Discursos* quanto na *A arte da guerra*. No décimo primeiro capítulo dos *Discursos*, Maquiavel insere a metáfora do escultor para afirmar que é mais fácil criar uma república com homens que não possuem nenhuma civilidade, ou seja, são um bloco de mármore bruto. No sétimo livro da *A arte da guerra*, há uma passagem bem semelhante, em que Maquiavel afirma que é mais fácil montar um exército com homens inexperientes, que não tenham nenhum conhecimento das práticas militares.

As ações de César Bórgia são aquelas que apresentam de maneira mais evidente a importância das armas para a fundação do principado. Maquiavel o utiliza como exemplo para ilustrar os “principados novos que se conquistam com as armas e a *fortuna* de outrem”.¹²² A princípio, o duque Valentino¹²³ é apresentado como alguém que simplesmente “conquistou o Estado com a fortuna do pai”,¹²⁴ o papa Alexandre VI. Embora afirme isso, Maquiavel assegura que as ações empreendidas pelo duque são exemplares:

se considerarmos todos os procedimentos do duque, veremos que ele preparou amplos fundamentos para seu futuro poder, sobre os quais não julgo supérfluo discorrer, visto que desconheço preceitos melhores para dar a um príncipe novo que os exemplos de sua atuação.¹²⁵

César Bórgia, ao promover a fundação, demonstrou extrema destreza ao utilizar as armas, chegando a um nível próximo aos dos grandes fundadores, pois seu propósito final era estabelecer uma nova ordem política. Por isso, ele também pode ser considerado um “paradigma do ‘príncipe novo’, porque teve de exercer sua ‘virtù’ em um universo político onde todas as forças conspiravam contra seu sucesso”.¹²⁶ Mesmo obtendo seus primeiros êxitos graças à influência da *fortuna*, ele compreendeu que não poderia se fiar completamente naquilo que ela tinha lhe oferecido e procurou utilizar, em especial, as armas como instrumentos para barrar a ação da *fortuna* e atingir

¹²² MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. VII, título.

¹²³ Esse título foi conferido a César Bórgia pelo rei francês Luís XII. Este havia lhe concedido o condado de Valença, posteriormente elevado a ducado. MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. VII, nota 4, p.164.

¹²⁴ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. VII, linha 7.

¹²⁵ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. VII, linha 9.

¹²⁶ BIGNOTTO, *Maquiavel republicano*, p.130.

seus objetivos políticos. Mas, isso não foi suficiente para impedir sua derrota, pois, mesmo realizando tudo o que poderia ser feito para enraizar seu poder em um solo firme, foi vitimado por “uma extraordinária e extrema maldade da *fortuna*”.¹²⁷

Maquiavel apresenta as ações do duque Valentino como um modelo de orientação para todos aqueles príncipes que pretendem realizar a fundação de um principado em bases sólidas. Não obstante, isso não quer dizer que as ações criminosas utilizadas por César Bórgia para alicerçar o seu poder sejam ignoradas. O interesse do secretário florentino está em demonstrar que o emprego da força, mesmo em sua forma mais extrema, deve buscar algo além da dominação.¹²⁸ As armas precisam servir de base para proporcionar aos povos a possibilidade de obterem benefícios. Um indício disso pode ser percebido no capítulo XVII de *O príncipe*, em que Maquiavel contrapõe a atitude do duque com a dos florentinos:

César Bórgia era tido como cruel; no entanto com sua crueldade reergueu a Romanha, reunificando-a e restituindo-lhe a paz e a lealdade, o que, bem considerado, evidenciará que ele foi muito mais piedoso que o povo florentino, o qual, para evitar a fama de cruel permitiu a destruição de Pistóia.¹²⁹

Assim, pode-se observar que as ações violentas empreendidas pelo duque não visavam a saciar somente seus interesses meramente particulares, mas a proporcionar benefícios para seus governados. Maquiavel mostra, “através do estudo das ações de César Bórgia, que a fundação é a combinação

¹²⁷ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. VII, linha 9.

¹²⁸ Cf. CHISHOLM, *A ética feroz de Maquiavel*, pp. 52-53.

¹²⁹ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XVII, linhas 2-3.

entre o gesto de força do príncipe – ela não pode prescindir do medo – e a adesão às novas instituições”.¹³⁰

Maquiavel mostra a partir do exemplo das ações políticas de César Bórgia que, para realizar a fundação, o príncipe deve combinar a força e a coragem, não podendo dispensar as armas para fornecer uma base sólida para seu poder. Nesse momento, a utilização delas pode possibilitar, mesmo que por uma coerção inicial, a concretização e a sustentação da fundação.

2.3 – Conservação

O príncipe, após superar o momento da fundação, deve preocupar-se com a conservação, pois, como afirma Maquiavel, “uma mudança sempre deixa preparada as fundações para a edificação de outra”.¹³¹ Por isso, o príncipe precisa estar preparado para resistir às ameaças que rondam sua ação política. Para conservar a nova ordem política, ele precisa forçar os seus súditos a respeitarem às novas instituições. Para conseguir isso é imprescindível que ele esteja munido de armas, uma vez que os súditos não se mostram dispostos a obedecer espontaneamente os novos ordenamentos políticos. A importância das armas para garantir a conservação fica clara na contraposição apresentada por Maquiavel das ações dos profetas armados e desarmados. Em primeiro lugar, ele constata que todos os profetas que agiram embasados na força das armas garantiram a durabilidade e o vigor dos

¹³⁰ BIGNOTTO, *Maquiavel Republicano*, p. 132.

¹³¹ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. II, linha 6.

ordenamentos políticos: “Moisés, Ciro, Teseu e Rômulo não teriam conseguido que suas constituições fossem obedecidas por tanto tempo, se estivessem desarmados”.¹³² Por contarem com um aparato militar, eles detinham capacidade para impor sanções a aqueles que desrespeitavam a leis instituídas para preservar a concórdia dentro do principado.

No entanto, o contrário ocorre com os profetas desprovidos de armas e que não tem nada além da palavra para se sustentarem fracassam.¹³³ O exemplo do frei Girolamo Savonarola é utilizado por Maquiavel para ilustrar os perigos que a ausência de armas pode causar. Após ter fundado uma nova ordem em Florença, ele negligenciou o fato de que “a natureza dos povos é variável; e se é fácil persuadi-los de uma coisa, é difícil firmá-los naquela convicção”.¹³⁴ Quando passaram a não acreditar mais na eficácia das novas instituições, ele não contava com nenhum dispositivo de coerção apto a manter os homens fiéis e obedientes aos ordenamentos políticos. Por causa disso, é indispensável que o príncipe esteja preparado com as boas armas para que aos súditos, “quando não acreditarem mais, seja possível fazê-los crer à força”.¹³⁵

¹³² MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. VI, linha 23.

¹³³ Skinner acredita que a discussão de Maquiavel a respeito da força das armas tem o intuito de denunciar a incapacidade das teorias políticas de seus contemporâneos em considerar a importância delas para a vida política. Essas teorias afirmavam que se o príncipe se empenhasse de coração numa vida virtuosa, estaria capacitado para alcançar honra, glória e fama. No entanto, como já citado, “Maquiavel considera que essa é uma perspectiva ingênua, pela qual se esquece em que medida a manutenção de um governo bem-sucedido depende de uma disposição inabalável a suprir as artes da persuasão mediante o recurso à força militar efetiva”. SKINNER, *As Fundações do Pensamento Político Moderno*, p. 150.

¹³⁴ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. VI, linha 22.

¹³⁵ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. VI, linha 22.

Sem contar com armas, o príncipe não dispõe de nenhum meio para compelir os homens à obediência e garantir a segurança da ordem política. Conforme Ames, na concepção de Maquiavel “o ser humano possui a tendência de agir segundo impulsos egoístas, em benefício próprio e prejuízo alheio. Esta tendência apenas se dobra ante a coação”.¹³⁶ Por isso, somente por meio da utilização das armas o príncipe pode inibir e coibir as transgressões efetuadas pelos homens à nova ordem política. Se ele não conta com armas não tem meios para defender os ordenamentos políticos que conservar o seu poder e sua posição política no principado.

Além desse fator de coerção, as armas podem garantir a conservação e fazer durar os primeiros atos da fundação através da participação dos súditos na defesa dos interesses comuns da cidade. Ao inserir os súditos nas práticas militares, o príncipe transfere a eles uma parcela de responsabilidade sobre os destinos políticos do principado. Com isso, eles passam a se sentir responsáveis por sua manutenção e, em função disso, procuram defendê-lo com obstinação. Maquiavel sustenta que os príncipes precisam armar os súditos:

jamais existiu um príncipe novo que desarmasse os seus súditos; pelo contrário, encontrando-os desarmados, sempre os armou, porque ao dar-lhes armas, estas armas tornam-se tuas; tornam-se fiéis os que te eram suspeitos, conservam-se leais os que já o eram e transformam-se os súditos em teus partidários.¹³⁷

¹³⁶ AMES, *Maquiavel: a lógica da ação política*, p. 123.

¹³⁷ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XX, linha 5.

Embora Maquiavel considere que a tarefa de fundação seja de responsabilidade de apenas um homem, não acredita que este tenha capacidade de garantir sozinho a conservação do principado. Esta deve ficar a cargo do povo, pois, quando o povo participa de maneira direta dos negócios públicos, passa a estabelecer uma relação de proximidade e compromisso com a conservação do principado.¹³⁸

Maquiavel expõe de maneira clara a importância do povo para a conservação do principado no nono capítulo de *O príncipe*. Ele constata que em todas as cidades existem dois humores:¹³⁹ o do povo, que não deseja ser comandado nem oprimido pelos grandes; e o dos grandes, que querem comandar e oprimir o povo. Entre esses dois humores, o príncipe deve preferir o do povo porque seu apoio pode tornar o principado mais forte, mais estável e seguro do que o apoio dos grandes. Além disso, “um príncipe não pode jamais proteger-se contra a inimizade do povo, porque são muitos; no entanto, pode-se garantir contra os grandes que são poucos”.¹⁴⁰ Quando o príncipe está vinculado aos grandes não tem condições de agir da maneira que deseja, pois estará “cercado de muitos que parecem ser seus iguais, não podendo, por isso,

¹³⁸ Nos *Discursos*, Maquiavel critica veementemente tanto os príncipes quanto as repúblicas que não mobilizam seus próprios homens em uma organização militar para promover a defesa: “os príncipes atuais e as repúblicas modernas que não têm soldados próprios para a defesa e o ataque devem envergonhar-se e, diante do exemplo de Túlio, concluir que tal deficiência não se dá por falta de homens aptos para a milícia, mas por culpa deles mesmos, que não souberam fazer de seu homens soldados”. MAQUIAVEL, *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, L, I, cap. 21, pp. 80-81.

¹³⁹ A expressão humores (umori) utilizada por Maquiavel foi inspirada na doutrina médica de seu tempo, que tinha uma forte influência hipocrática e galênica. Cf. MAQUIAVEL, *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio* seguiti dalle Considerazione ai Discorsi del Machiavelli di Francesco Guicciardini. A cura di Conrado Vivanti. Cap. 4, n. 2, p. 414.

¹⁴⁰ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. IX, linha 7.

comandá-los nem manejá-los a seu modo”.¹⁴¹ De maneira inversa, quando o príncipe tem o povo ao seu lado pode realizar uma ação política livre de qualquer impedimento, uma vez que “encontra-se sozinho e não tem em torno de si ninguém, ou quase ninguém que não esteja pronto a obedecê-lo”.¹⁴²

Assim, para que o príncipe possa realizar uma ação política eficaz deve contar com o apoio do povo, “caso contrário, não terá remédio na adversidade”.¹⁴³ Porém, isso só pode ser obtido na medida em que o príncipe garanta a proteção do povo contra as intenções dos nobres de oprimi-lo e comandá-lo:

um príncipe sábio deve encontrar um modo pelo qual seus cidadãos, sempre e em qualquer tempo, tenham necessidade do Estado e dele; assim, eles sempre lhe serão fiéis.¹⁴⁴

O príncipe deve buscar o apoio popular não somente para determinar um fundamento estável para o seu poder, mas também para garantir a defesa do principado contra ameaças de inimigos externos. Segundo Maquiavel, com o apoio do povo, o príncipe pode dispor da força necessária para combater qualquer ameaça externa:

os homens são inimigos de empreendimentos em que vêem dificuldade e não se pode ver facilidades em atacar alguém que tenha sua terras fortificadas e não seja odiado pelo povo.¹⁴⁵

¹⁴¹ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. IX, linha 4.

¹⁴² MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. IX, linha 5.

¹⁴³ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. IX, linha 18.

¹⁴⁴ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. IX, linha 27.

¹⁴⁵ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. X, linha 6.

Os inimigos, ao perceberem que o príncipe tem o apoio popular e encontra-se fortificado de maneira adequada, sentem mais receio em atacá-lo, visto que sabem que o empreendimento não será realizado sem maiores dificuldades.

Para que seja possível defender o principado de maneira eficaz, o príncipe também deve empregar uma política cuidadosa no sentido de amparar as necessidades daqueles que mais sofrerão com um ataque. Para ilustrar isso, Maquiavel apresenta o caso das cidades alemãs:

para manter a plebe alimentada sem prejuízos para a coletividade, têm sempre na comunidade trabalhos para lhes dar durante um ano, naquelas atividades que são o nervo e a vida da cidade, e nas indústrias das quais a plebe subsiste. Mantêm ainda em grande conta os exercícios militares, havendo vários ordenamentos sobre sua prática.¹⁴⁶

Embora a realidade dificilmente possa ser decodificada de maneira precisa, uma vez que, em função de sua contingência, ela não permite ao príncipe ter noção exata do campo em que realiza sua ação, ele pode obter melhor êxito na medida em que avalia cuidadosamente as circunstâncias em que realizará sua ação, bem como os instrumentos que serão necessários para realizá-la. As armas representam aqueles instrumentos mais eficazes para fornecer ao príncipe a capacidade de conservar o principado em segurança tanto dos problemas internos quando dos externos.

¹⁴⁶ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. X, linha 8.

Capítulo 2 – As armas

1 – Introdução

Em *O príncipe*, ao realizar uma minuciosa investigação sobre a conquista, a fundação e a conservação do principado, Maquiavel procura salientar como as armas fornecem a força necessária para o príncipe superar as dificuldades enfrentadas nessas tarefas. No entanto, armas não comportam somente funções técnicas, mas também políticas. Como afirma Jean-Jaques Marchand: “a reflexão política de Maquiavel e o discurso teórico que deriva dela é inseparável da consideração sobre a importância da força militar na criação e manutenção do Estado”.¹⁴⁷ Nessa perspectiva, é necessário analisar o papel das armas como um importante instrumento político.

Maquiavel, desde o tempo em que servia à República de Florença, sempre considerou necessário que o poder político e militar estabelecessem uma unidade e que as armas servissem de instrumento para proporcionar a vida concreta para as leis.¹⁴⁸ Isso pode ser constatado de maneira nítida na seguinte passagem do capítulo XII de *O príncipe*: “os principais fundamentos de todos os Estados, tanto dos novos como dos velhos ou dos mistos, são as boas leis e os bons exércitos [boas armas]”.¹⁴⁹ A importância política das armas é expressa de maneira clara na conclusão do argumento:

¹⁴⁷ Jean-Jacques MARCHAND, *Premessa*, p. IX. In: MACHIAVELLI, *L'arte della guerra & Scritti politici minori*.

¹⁴⁸ Genaro SASSO, *Niccolò Machiavelli: volume I – il pensiero politico*, p. 192.

¹⁴⁹ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XII, linha 3. Apesar de a edição consultada utilizar o termo “exércitos”, no original encontra-se “armi”, cuja tradução mais exata seria “armas”. A

como não se podem ter boas leis onde não existe bom exército [boas armas], e onde é bom o exército [são boas as armas] costumam ser boas as leis, deixarei de refletir sobre as leis e falarei dos exércitos [das armas].¹⁵⁰

Embora a princípio seja possível perceber a existência de uma relação de complementaridade entre as boas leis e as boas armas, Maquiavel não considera que somente as boas leis sejam suficientes para garantir um fundamento sólido para a manutenção da ordem política no principado.¹⁵¹ Elas, por si só, são incapazes de impedir a sobreposição dos interesses particulares sobre os públicos, uma vez que não apresentam uma força coercitiva auto-suficiente apta a punir os delitos cometidos pelos homens.¹⁵² Para que seja possível constranger os homens a uma determinada conduta, estabelecida pelas boas leis, o príncipe precisa possuir um instrumento de força e este deve estar materializado nas boas armas. Somente assim é possível assegurar uma base material capaz de garantir a vigência das leis. Antes de prosseguir na análise das armas, seria interessante identificar como as leis podem estabelecer um espaço comum de convivência entre os homens por meio do controle dos seus desejos individuais e conflitantes.

substituição de “armas” por “exércitos” não parece adequada, uma vez que o primeiro termo é mais amplo e abrange todo o sistema militar do principado, incluindo as forças militares, recrutamento, organização, disciplina, equipamento e soldo. Assim, toda vez que a ocorrência se repetir (a tradução de “armi” por “exército”) será colocado entre colchetes o termo “armas”.

¹⁵⁰ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XII, linha 3. Nos *Discursos* Maquiavel reitera a mesma idéia: “embora doutra vez já tenha dito que o fundamento de todos os estados é a boa milícia, e que onde ela não existe não pode haver boas leis nem coisa alguma que seja boa, não me parece supérfluo repeti-lo”. MAQUIAVEL, *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, III, 31, pp. 416-417.

¹⁵¹ Segundo a interpretação de Skinner, “bons exércitos são até mais importantes que boas leis, portanto ‘não pode haver boas leis onde não há boas armas’, ao passo que havendo bons exércitos, ‘deve haver boas leis’”. SKINNER, *Maquiavel*, p. 53.

¹⁵² De Grazia afirma que “As leis sem armas são como bolhas de sabão”. DE GRAZIA, *Maquiavel no inferno*, p. 115.

2 – A necessidade da lei

É evidente nas reflexões de Maquiavel a necessidade de limitar os desejos e os interesses humanos particulares, uma vez que os homens podem colocar em risco a ordem política do principado ao tentarem satisfazê-los. Diferentemente da idéia grega e da tradição cristã medieval, o secretário florentino não acredita que os homens demonstrem uma tendência intrínseca ao convívio social, dispostos a abdicar pacificamente de seus interesses particulares em favor de um bem coletivo. Assim, para instituir uma forma coletiva de vida, o príncipe não pode desconsiderar a oposição de desejos existente entre os grupos que formam a sociedade. Logo no início do capítulo IX, o secretário florentino apresenta os conflitos entre o povo e os nobres, proveniente de seus desejos contrários, como inerentes a qualquer forma política:¹⁵³

em todas as cidades, existem esses dois humores diversos que nascem da seguinte razão: o povo não quer ser oprimido pelos grandes, enquanto os grandes desejam oprimir o povo.¹⁵⁴

O príncipe fracassará se negligenciar o fato de que os apetites e as ambições naturais dos homens não podem ser extintos, mas apenas controlados e administrados. Para obter êxito ele precisa estar ciente da necessidade de

¹⁵³ Nos *Discursos* os conflitos são abordados nos capítulos 3 a 6. De acordo com Bignotto, compreender o sentido das palavras de Maquiavel sobre o conflito é “compreender ao mesmo tempo, sua ruptura com a tradição cristã, fundada sobre o mistério da revelação e da consciência moral dos homens, e com a tradição humanista, fundada no mito da fundação perfeita”. BIGNOTTO, *Maquiavel republicano*, p.102.

¹⁵⁴ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XXIII, linha 13.

regular os apetites, impedindo que os conflitos particulares desestabilizem o principado internamente.

Maquiavel considera que os homens são movidos por interesses anti-sociais e desagregadores, pois agem somente de acordo com suas próprias ambições, em benefício próprio e prejuízo alheio.¹⁵⁵ Para conter os impulsos egoístas dos homens coagindo-os a uma determinada conduta, o príncipe precisa criar uma necessidade artificial que funcione como uma espécie de limite ou barreira aos impulsos nocivos deles: “os homens sempre se revelarão maus, se não forem forçados pela necessidade de serem bons”.¹⁵⁶ O secretário florentino não demonstra nenhum otimismo ao abordar a conduta dos homens, alertando o príncipe para o perigo de confiar completamente nas palavras deles.¹⁵⁷ A criação de um espaço público, no qual os homens possam conviver de forma ordenada, é possível somente quando a particularidade dos apetites é subsumida na universalidade das leis.¹⁵⁸ É bom salientar aqui, como bem observou Bignotto, que as referências encontradas no texto maquiaveliano a respeito da maldade humana fazem “parte da construção de sua filosofia política, mas não funda necessariamente uma antropologia no sentido estrito”.¹⁵⁹

¹⁵⁵ Segundo Isaiah Berlin, “a sociedade é, normalmente, um campo de batalha onde tem lugar conflitos entre grupos e dentro destes”. Isaiah BERLIN, *A originalidade de Maquiavel*, in: MAQUIAVEL, *O príncipe*, p.37.

¹⁵⁶ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XXIII, linha 13.

¹⁵⁷ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XVIII, linha 9.

¹⁵⁸ Conforme Bignotto, “as leis que visam regular os conflitos, longe de se contentarem em aprisionar a irracionalidade dos desejos humanos em uma camisa de força que impediria sua manifestação, cria o espaço no qual eles adquirem uma nova forma de racionalidade”. BIGNOTTO, *Maquiavel republicano*, p. 87.

¹⁵⁹ BIGNOTTO, *A antropologia negativa de Maquiavel*, p. 81.

A partir do momento em que a lei é instituída o príncipe evita que os homens, ao procurarem satisfazer seus desejos individuais, prejudiquem a ordem interna do principado.¹⁶⁰ Por isso é impossível pensar a existência de qualquer organização política sem a presença de leis, uma vez que sua ausência impede que os interesses dos homens sejam regulados de maneira adequada.

Maquiavel, no início do terceiro capítulo do primeiro livro dos *Discursos*, fazendo referência a todos aqueles que dedicaram atenção à vida civil, afirma:

quem estabelece uma república e ordena suas leis precisa pressupor que todos os homens são maus e que usarão a malignidade de seu ânimo sempre que tiverem ocasião.¹⁶¹

A recomendação àqueles que formulam as leis é partir de uma pressuposição, de uma hipótese em relação ao comportamento humano. Isso permite promover um cálculo mais correto a respeito dos problemas futuros, pois, partindo de uma perspectiva menos idealizada do comportamento dos homens, o príncipe pode se esquivar com maior facilidade das dificuldades para manter a ordem do principado. No entanto, caso espere que eles ajam de maneira correta no primeiro sinal de iniquidade, o príncipe não terá instrumentos para regular o comportamento deles.

Maquiavel não dedicou nenhuma obra específica ao estudo da concepção de homem. As considerações sobre esse tema estão dispersos em

¹⁶⁰ Bobbio afirma que “a função primária da lei é conter, e não liberar, restringir, e não ampliar os espaços de liberdade, endireitar a árvore torta e não deixar que ela cresça de modo selvagem”. BOBBIO, *O terceiro ausente*, p. 148.

¹⁶¹ MAQUIAVEL, *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, Livro I, capítulo 3, p. 20.

seus trabalhos, não somente naqueles dedicados à análise política, mas também nos de literatura.¹⁶² O autor, ao refletir sobre o homem não tem nenhum interesse em analisar uma suposta essência da natureza humana, mas sim o comportamento que apresenta na vida social. No tocante a esse ponto, constata que os homens não demonstram uma tendência intrínseca à comunidade política, capazes de renunciarem a seus interesses particulares para agirem de forma cooperativa: “enquanto lhes fizeres bem, pertencem inteiramente a ti, te oferecem o sangue, os bens, a vida e os filhos, como eu disse acima, desde que a carência esteja distante; mas, quando precisas deles, revoltam-se”.¹⁶³ Para que o príncipe não fracasse em sua missão, ele deve levar em consideração o modo real dos homens se comportam. Segundo apresenta, os homens buscam somente os próprios interesses, não apresentando nenhuma preocupação além dessa: eles “esquecem mais rapidamente a morte do pai do que a perda do patrimônio”.¹⁶⁴

A ambição desmedida apresentada pelos homens é decorrente da desproporção entre os desejos e seus limites. Isso os leva a lutar entre si na busca para saciar suas vontades, fazendo-os verdadeiros inimigos. Agem constantemente saltando de uma ambição a outra, na tentativa de satisfazê-las. No entanto, os desejos e os apetites humanos são insaciáveis. Não há qualquer proporção racional entre o que se deseja e o que se tem, isso leva os homens a constantemente continuarem a perseguir aquilo que almejam, acreditando poder alcançar.

¹⁶² Cf. DE GRAZIA, *Maquiavel no inferno*, pp. 81-84.

¹⁶³ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XVII, linha 10.

¹⁶⁴ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XVII, linha 14.

Essa busca gera a insatisfação, que acarreta um grave problema político. Os homens, ao não conseguirem saciar seus desejos e vontades, buscam efetuar mudanças, tomando outro partido assim que consideram a possibilidade de alcançar maiores benefícios. Por isso, Maquiavel considera que a ordem interna do principado é mantida na medida em que o príncipe estabelece uma relação intrínseca entre as boas leis e as boas armas.¹⁶⁵

existem dois gêneros de combate: um com as leis e outro com a força. O primeiro é próprio do homem, o segundo é dos animais. Porém, como freqüentemente o primeiro não basta, convém recorrer ao segundo. Portanto, é necessário ao príncipe saber usar bem tanto o animal quanto o homem.¹⁶⁶

Somente as boas leis, sem a presença da força, são insuficientes para assegurar a boa ordem do principado. Para que as boas leis sejam capazes de inibir a prática de determinados atos que prejudicam a ordem política, elas precisam da força das boas armas. Para que estas não se transformem em um elemento de tirania, abrindo a porta para um regime puramente opressivo, devem ser reguladas por boas leis. Ao estruturar o principado dessa maneira, o príncipe tem a possibilidade de conferir o devido vigor às boas leis, para que elas combatam a inclinação dos homens ao mal. É bom lembrar que, na concepção de Maquiavel, os homens são geralmente “ingratos, volúveis, simulados e dissimuladores, fogem dos perigos, são ávidos de ganhar”.¹⁶⁷ O príncipe precisa possuir ferramentas eficazes para impedir que essas

¹⁶⁵ Para Genaro Sasso, Maquiavel indica que o bom fundamento do estado encontra-se no nexó entre as boas leis e as boas armas. Cf. SASSO, *Niccolò Machiavelli*: volume I – il pensiero político, p. 380.

¹⁶⁶ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XVIII, linhas 2-4.

¹⁶⁷ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XVII, linha 10.

características se manifestem no âmbito interno do principado e causem problemas para a manutenção da ordem política.

Desse modo, o príncipe deve estar munido de armas necessárias para fornecer força às leis e para impedir que os interesses particulares dos homens causem transtornos ao principado. Como afirma De Grazia, “sem a mandíbula da força, a lei não tem como morder. Sem coerção das boas leis impostas pelas boas armas, a inclinação para o mal perderia as rédeas, e ‘o império sobre os homens’ se desintegraria”.¹⁶⁸ A eficácia das leis é garantida na medida em que as boas armas fornecem a força necessária para obrigar os homens a realizar determinadas ações que, por vontade própria, não executariam. A obediência deles às leis é mantida em virtude do receio que sentem das punições em caso de transgressão, ou seja, é o medo da força das armas que torna os homens obedientes às leis.¹⁶⁹ Isaiah Berlin acredita que para Maquiavel “os homens são fracos e tolos e perpetuamente passíveis de novamente decair das normas que são as únicas capazes de preservá-los no nível indispensável”.¹⁷⁰ A fim de fazer os homens cumprirem rigorosamente as leis, a força das armas é imprescindível. Assim, são elas que fornecem a possibilidade para o príncipe regular a esfera pública de maneira eficaz. A seguir será analisada a importância que Maquiavel atribui às armas.

¹⁶⁸ DE GRAZIA, *Maquiavel no inferno*, p.179.

¹⁶⁹ Segundo De Grazia, “a eficácia da força em obrigar que a ação obedeça a um modelo se funda numa prosaica fraqueza da carne – a suscetibilidade à dor –, numa parte da natureza humana que jamais varia. De fato, Niccolò contrapõe um tipo de necessidade (o limite de dor da natureza humana) a outra necessidade menos imperiosa (a propensão da natureza dos homens ao mal). DE GRAZIA, *Maquiavel no inferno*, p. 210.

¹⁷⁰ BERLIN, *A originalidade de Maquiavel*, in: MAQUIAVEL, *O príncipe*, p.42.

3 – A necessidade das armas

Maquiavel, desde que assumiu seu posto como secretário da Segunda Chancelaria de Florença e dos Dez da Guerra, em 1498, até quando foi deposto com a volta dos Médici, em 1512, encarregou-se, dentre outras obrigações, de tratar das questões militares que envolviam a república florentina.¹⁷¹ Em função dessa incumbência, teve a oportunidade de observar de um ângulo privilegiado todos os problemas políticos que as cidades italianas, de modo geral, e Florença, em particular, enfrentaram em decorrência da ausência de um amparo militar bem dimensionado para suprir as necessidades de defesa.

As operações militares em toda península eram realizadas basicamente com a contratação dos serviços de armas mercenárias ou com o auxílio de outras potências dotadas de armas próprias. Todavia, essas armas alheias representavam um problema para a ação política dos príncipes, pois elas não respondiam diretamente aos seus interesses, mas daqueles que detinham autoridade sobre elas. Por isso, os príncipes não tinham capacidade de agir de maneira autônoma, ficando a mercê da vontade daqueles que eram contratados para prestar serviços militares.

¹⁷¹ De acordo com Skinner, “A posição de Maquiavel envolvia-o em dois tipos de obrigações. Criada em 1437, a Segunda Chancelaria lidava principalmente com a correspondência relativa à administração dos próprios territórios de Florença. Mas, como chefe dessa seção, Maquiavel também se colocava entre os seis secretários do primeiro chanceler, e, nesta condição, foi logo designado para outra tarefa, a de servir os Dez da Guerra, o comitê responsável pelas relações estrangeiras e diplomáticas da república. Isto significava que, além de realizar seu trabalho de rotina na chancelaria, ele poderia ser chamado para viajar a serviço dos Dez, atuando como secretário de seus embaixadores e ajudando na tarefa de enviar a Florença informações pormenorizadas sobre os negócios estrangeiros. SKINNER, *Maquiavel*, pp. 18-19.

Além desse problema, ao utilizarem armas alheias, os príncipes não possuíam uma força militar aguerrida e combativa para defender suas cidades de maneira apropriada. Tal problema constituía um dos principais pontos de fragilidade em relação às grandes potências européias que tinham interesses e agiam dentro da península italiana. A falta de determinação das armas para realizar combates trouxe como consequência a situação calamitosa na qual a Itália se encontrava: “mais escrava que os hebreus, mais serva que os persas, mais dispersa que os atenienses, sem chefe, sem ordem, derrotada, espoliada, dilacerada, devastada”.¹⁷²

De acordo com Maquiavel, os responsáveis pelos problemas políticos e militares da península eram os governantes italianos, pois haviam cometido um pecado duplo: primeiro, negligenciaram a influência que as armas e os assuntos militares exerciam sobre a política; segundo, e decorrente desse primeiro, permitiram que as operações militares fossem administradas por terceiros.¹⁷³ Em *A arte da guerra*, ele expõe de maneira clara e amargurada os comportamentos indolentes dos príncipes em relação aos problemas militares, atribuindo aos governantes italianos a origem da debilidade política e militar que proporcionaram as invasões estrangeiras:

Acreditavam os nossos príncipes italianos antes de experimentarem os golpes das guerras ultramontanas, que a um príncipe basta estar no gabinete a encontrar respostas agudas, escrever belas cartas, mostrar argúcia e sagacidade em ditos e frases, urdir fraudes, ornar-se de gemas de ouro, dormir e comer com mais esplendor que os outros, viver em meio à lascívia,

¹⁷² MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XXVI, linha 3.

¹⁷³ Cf. MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XII, linha 9.

comportar-se com ganância e soberba diante dos súditos, apodrecer no ócio, conceder graus militares de graça, desprezar que lhes mostre alguma saída louvável, querer que suas palavras sejam respostas de oráculos; nem desconfiavam, os coitados, que se preparavam para ser presa de qualquer um que os atacasse.¹⁷⁴

Esse tipo de conduta, que privilegiava em maior medida as manobras diplomáticas do que a utilização das armas, trouxe como consequência a ausência de força para resistir às ameaças estrangeiras. A experiência que Maquiavel adquiriu em seu tempo, somada às leituras que realizou sobre as questões militares,¹⁷⁵ foi de fundamental importância para identificar como as armas exercem um papel de destaque nas questões políticas. Constatou também como a falta de comprometimento das armas alheias prejudica diretamente a possibilidade de se obter resultados políticos positivos na realização de uma guerra, seja ela para promover a defesa ou o ataque.

A ausência de armas, para Maquiavel, representa um dos fatores determinantes para o fracasso político. Isso fica claro no exemplo do profeta desarmado, apresentado por ele no capítulo VI de *O príncipe*:

frei Girolamo Savonarola, que se arruinou com sua ordem nova a partir do momento em que a multidão começou a não acreditar nela, pois ele não dispunha de meios nem para manter firmes aqueles que haviam acreditado, nem para fazer crer os descrentes.¹⁷⁶

¹⁷⁴ MAQUIAVEL, *A arte da Guerra*, Livro VII, p. 223.

¹⁷⁵ GILBERT, *Machiavelli e il suo tempo*, p. 254. O próprio Maquiavel indica que sua reflexão política está calcada na experiência das coisas modernas e na leitura das coisas antigas. Cf. MAQUIAVEL, *O príncipe*, Carta dedicatória, linha 2.

¹⁷⁶ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. VI, linha 23.

O motivo principal da ruína do frei está diretamente relacionado à ausência de armas, pois sem elas não havia um instrumento coercitivo capaz de lhe fornecer força suficiente para manter os homens submissos à nova ordem política que tinha instituído. Sem possuir isso, ele contava somente com suas palavras, e quando essas perderam a eficácia não detinha mais nada para manter o seu poder. Dessa forma, parece evidente que o príncipe necessita, em primeiro lugar, da força das boas armas para se assegurar no comando do principado.¹⁷⁷

Além dos prejuízos que a ausência de armas acarreta no âmbito interno, Maquiavel acredita que um príncipe desarmado não tem condições de conservar o seu principado em segurança contra ameaças externas. Tal situação é decorrente da ausência de força para combater a invasão de potências armadas: “não há qualquer comparação entre um homem armado e outro desarmado”.¹⁷⁸ As boas armas, ao fornecerem uma força militar capaz de garantir a segurança do principado, transformam-se em um importante instrumento de ação política externa para o príncipe.¹⁷⁹ Segundo Frederico Chabod, Maquiavel constatou como a força militar é o fator determinante para manter o estado em segurança contra ameaças externas:

Esta é a grande verdade que afirmou Maquiavel, que o Estado é força, que o Estado deve ter uma sólida organização militar, que nas relações internacionais

¹⁷⁷ No prefácio de *A arte da guerra*, Maquiavel deixa os riscos da ausência da proteção das armas evidentes: “as boas ordenações, sem o socorro militar, desordenar-se-iam, tanto quanto as instalações de um soberbo e régio palácio que, conquanto ordenadas de gemas e de ouro, em não estando cobertas, nada teriam que da chuva as protegesse”. MAQUIAVEL, *A arte da guerra*, Proêmio, p. LXXVIII.

¹⁷⁸ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XIV, linha 5.

¹⁷⁹ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XIII, linha, 26. *A Arte da Guerra*, Prefácio, p. LXXVII-LXXVIII.

entre estados o que em determinados momentos decidem são as armas; e faltando estas, (...) a sabedoria política e a habilidade diplomática acabam cedo ou tarde mostrando-se impotentes pra resolver os grandes problemas.¹⁸⁰

Portanto, o príncipe precisa estar munido de armas para garantir uma proteção constante contra agressões externas, caso contrário estará fadado à ruína.¹⁸¹

A fim de demonstrar a dimensão política das armas, Maquiavel procura expor a capacidade que elas fornecem para garantir a realização de uma ação política eficiente. Mas, para retirar proveito político das armas, o príncipe deve compreender a melhor forma de utilizá-las, ou melhor, precisa dominar a arte da guerra. Somente ao deter o controle sobre os métodos de emprego das armas ele pode usá-las de maneira eficiente para alcançar sucesso na realização da ação.

Maquiavel utiliza o conceito de arte de maneira polissêmica indicando, por um lado, a existência de uma habilidade militar, mas, de outro lado, se refere a guerra como uma ocupação profissional, enquadrada nas artes ou grêmios daqueles que formavam parte dos artesanatos de Florença.¹⁸² Mas, Maquiavel deixa claro que o príncipe que pretende deter uma capacidade de ação deve ter na sua vida cotidiana a guerra e o treinamento militar como um dos principais eixos de sua ação. Para desempenhar de maneira adequada sua missão, ele deve conhecer e dominar um conjunto de técnicas que dizem respeito a melhor forma de utilizar as armas. Por isso, os assuntos concernentes à arte da guerra devem ser cuidadosamente avaliados e

¹⁸⁰ Frederico CHABOD, *Escritos sobre Maquiavelo*, p. 345.

¹⁸¹ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XIV, linha 7.

¹⁸² POCOOCK, *Il momento Machiavelliano*, p. 385.

mantidos em primeiro plano entre as preocupações do príncipe, pois são indispensáveis para comandar e defender o principado de modo eficiente:

deve, portanto, um príncipe não ter outro objetivo, nem pensamento, nem tomar como arte sua coisa alguma que não seja a guerra, sua ordem e disciplina, porque esta é a única arte que convém a quem comanda.¹⁸³

Tal arte é eficiente na medida em que “não somente conserva aqueles que nasceram príncipes, mas, muitas vezes, faz com que homens de fortuna privada alcancem aquele posto”.¹⁸⁴ Ou seja, permite tanto a ascensão quanto a manutenção do poder político do príncipe. Segundo Fachard, a arte da guerra é concebida por Maquiavel como uma ciência que visa a fornecer os preceitos necessários para o príncipe comandar os assuntos políticos de maneira adequada.¹⁸⁵

Nas reflexões sobre as questões militares Maquiavel evidencia a conexão que existe entre as armas e a política, salientando não somente o âmbito técnico de ataque e defesa, mas a dimensão política que elas comportam. Sua pretensão é a de esclarecer como as armas podem proporcionar benefícios não apenas na realização de uma guerra, mas também para estruturar e organizar o principado de modo adequado e seguro. Como mostra Maurizio Viroli, Maquiavel não acredita que o objetivo da arte da guerra seja a guerra em si, mas a capacidade de organizar uma defesa para manter os súditos ou os cidadãos em segurança.¹⁸⁶ Assim, as questões militares

¹⁸³ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XIV, linha 1.

¹⁸⁴ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XIV, linha 1.

¹⁸⁵ FACHARD, *Implicazioni Politiche nell'Arte della guerra*, p. 173.

¹⁸⁶ VIROLI, Maurizio, *O sorriso de Nicolau: história de Maquiavel*, p. 251.

surtem como uma análise sobre as formas de promover uma ação política com eficiência.¹⁸⁷

Maquiavel, além de salientar a importância da preocupação com as questões militares, afirma que o contrário, ou seja, a negligência com tais assuntos, é determinante para o príncipe colocar em risco o seu poder e a manutenção do principado, pois “quando os príncipes pensaram mais nas delicadezas do que nas armas, perderam seu Estado”.¹⁸⁸ Para reforçar os perigos que a falta de preocupação com as armas pode causar, o autor contrapõe as ações de Francisco Sforza às de seus filhos: “por estar armado, [Sforza] de homem privado tornou-se duque de Milão; e os seus filhos para fugirem dos incômodos das armas de duques tornaram-se homens privados”.¹⁸⁹ A ausência de cuidado no tratamento das questões que envolvem tanto as armas quanto a preparação militar é determinante para o fracasso político.

4 – As armas inúteis

Ao identificar as boas armas como um elemento indispensável à política, ele procura salientar a importância delas para construir um principado forte e unido. Entretanto, quais são as boas armas? Para determinar isso, a

¹⁸⁷ Segundo Claude Lefort, “a arte política exige que se saiba identificar os inimigos, escolher um campo de batalha, utilizar-se oportunamente da força, em suma, diz respeito à arte da guerra”. Claude LEFORT, *Desafios da Escrita Política*, p. 155.

¹⁸⁸ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XIV, linha 2.

¹⁸⁹ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XIV, linha 3.

tipologia preliminar exposta no capítulo XII de *O príncipe* fornece uma boa pista:

os exércitos [as armas] com que um príncipe defende seu Estado ou são próprios [próprias] ou são mercenários [mercenárias] ou auxiliares ou mistos [mistos].¹⁹⁰

Nesse capítulo e nos dois seguintes, o secretário florentino analisa quais os tipos de armas existentes, com o objetivo de distinguir aquelas armas que são boas daquelas que são inúteis e perigosas. Para efetuar essa investigação, Maquiavel procura, em primeiro lugar, identificar e criticar as armas alheias, que são a principal fonte de prejuízos políticos para os príncipes que as utilizam.¹⁹¹

Para esclarecer os problemas que as armas alheias e a falta de preocupação militar podem causar, Maquiavel inicia suas investigações pelas dificuldades políticas que as armas mercenárias acarretam. A utilização desse tipo de arma era uma prática muito difundida entre os governos da península italiana desde o final do século XIII,¹⁹² sendo empregadas como principal força militar tanto de defesa quanto de ataque. Esse sistema militar tinha como característica básica a contratação de um *condottieri* que, mediante ao

¹⁹⁰ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XII, linha 4.

¹⁹¹ Segundo Felix Gilbert, as idéias militares apresentadas tanto em *O príncipe* quanto nos *Discursos* são de natureza negativa, ou seja, são uma crítica as instituições militares de seu tempo. Em contrapartida, *A Arte da Guerra* tem um caráter positivo, pois apresenta um programa de reforma e estruturação militar. Felix GILBERT, *Machiavelli e il suo tempo*, p. 267.

¹⁹² Segundo Mallett, as armas mercenárias já eram utilizadas na península italiana pelo menos desde os últimos decênios do século XIII. Essas armas no início eram constituídas basicamente de estrangeiros, em sua maioria alemães, húngaros, franceses e ingleses. A partir da metade do século XIV eles vão desaparecendo gradualmente e dão lugar aos italianos, que passam a ser utilizados até a época de Maquiavel. Cf. Michael MALLETT, *O condottieri*, pp. 40-42.

recebimento de uma quantia financeira determinada pela *condotta* (contrato), colocava os serviços militares de seus soldados à disposição de uma cidade ou príncipe.

Em princípio o termo *condottieri* era atribuído a todos aqueles que assinavam uma *condotta*, quer fossem “homens de armas que se comprometiam em fornecer cinco companheiros, quer aos grandes capitães que comandavam 200 homens”.¹⁹³ Após algum tempo esse termo passou a ser empregado para designar somente aqueles que tinham uma tropa de soldados sob seu comando. No momento em que a *condotta* era estabelecida especificava-se no contrato: a natureza do serviço; as dimensões, o equipamento e a qualidade da companhia que deveria executar as operações militares; os diversos níveis de remuneração; os subsídios adicionais; os descontos que seriam cobrados e o período de prestação de serviços militares.¹⁹⁴

Nos últimos decênios do século XIV, esse sistema já demonstrava fortes indícios de sua periculosidade e ineficiência para amparar as ações políticas dos príncipes italianos.¹⁹⁵ Mas é com a invasão do rei francês Carlos VIII, em 1494, que elas comprovaram toda a sua incapacidade para fornecer aos príncipes uma base militar consistente para defender as cidades e sua posição

¹⁹³ MALLETT, *O condottieri*, p.45.

¹⁹⁴ Cf. MALLETT, *O condottieri*, p. 44.

¹⁹⁵ SKINNER, *As Fundações do Pensamento Político Moderno*, p. 97.

política.¹⁹⁶ Francesco Guicciardini apresenta de forma precisa como as guerras eram conduzidas na península:

as guerras se prolongavam, as batalhas não eram sangrentas, e os meios utilizados para se apossar de fortalezas, lentos e penosos; e, se bem que já se empregasse a artilharia, manejavam-se as peças tão desajeitadamente que elas não provocavam mal algum; de maneira que era quase impossível conquistar-se um Estado.¹⁹⁷

Maquiavel observou essa situação de perto. Quando assumiu o cargo de segundo secretário, em maio de 1498, “a maior preocupação que tinham os florentinos era a reaquisição de Pisa, e toda a questão externa ou interna que passava pela chancelaria pode-se dizer que carregava a marca daquela guerra”.¹⁹⁸ Essa cidade era o domínio mais importante e lucrativo de Florença e estava rebelada desde as instabilidades criadas pela chegada de Carlos VIII à península.¹⁹⁹ A primeira missão diplomática realizada por Maquiavel, em março de 1499, tinha como objetivo tratar dos problemas desse conflito. Sua incumbência era negociar e dissuadir o *condottiere* Jacopo IV d’Appiano,

¹⁹⁶ Segundo Sasso, Maquiavel aponta a insuficiência das organizações militares das cidades italianas como a principal causa da crise e da decadência da península. Cf. Genaro SASSO, *Niccolò Machiavelli*: volume I – il pensiero politico, p.199.

¹⁹⁷ Francesco GUICCIARDINI, *Recordações*, n. 64, p. 79.

¹⁹⁸ Roberto RIDOLFI, *Biografia de Nicolau Maquiavel*, p. 39.

¹⁹⁹ Segundo Hale, “as causas subjacentes da guerra de Pisa foram em parte o lucro e em parte o prestígio. Pisa era a possessão mais rica de Florença. Fora conquistada depois de árdua luta, e a maioria das principais famílias de Florença investira dinheiro na cidade ou no campo à sua volta, e dependia de suas instalações portuárias” para escoar seus produtos manufaturados. Por causa disso, a recuperação da autoridade sobre a cidade rebelada Pisa era um ponto essencial para a obtenção de vantagens comerciais e prestígio político. John R. HALE, *Maquiavel e a Itália da Renascença*, p. 38.

senhor de Piombino, que exigia aumento de soldo para continuar prestando serviço militar à Florença na campanha contra Pisa.²⁰⁰

Logo nessa primeira legação, Maquiavel teve a oportunidade de constatar os problemas que as armas mercenárias poderiam causar, em primeiro lugar, em função do interesse financeiro dos *condottieri* pela guerra e, em segundo lugar, pela ausência de disposição dos soldados para combaterem de maneira audaz e impetuosa. Além disso, verificou também que elas eram completamente desprovidas de qualquer sentimento de fidelidade para com os seus contratantes, fato que impedia qualquer possibilidade de extrair bons resultados de operações militares.

Essa, no entanto, não é a experiência que demonstra claramente à Maquiavel o perigo político que as armas mercenárias representam. Ao acompanhar dois episódios da guerra contra Pisa, ele obtém a lição incontestável dos prejuízos que as armas mercenárias podem causar àqueles que as utilizam como força militar. Maquiavel obtém as primeiras constatações da inutilidade delas das ações do *condottiere* Paolo Vitelli. Contratado por Florença, em 1499, para liderar as operações militares no cerco a Pisa, esse *condottiere* iniciou a campanha em condições bem favoráveis, isso indicava que as ações para recuperar a cidade rebelada iriam ocorrer sem maiores transtornos. Além do mais, o exército sitiante era numeroso e nenhuma outra potência interferia na contenda. A esperança de obter uma vitória rápida aumentou ainda mais quando, após poucos dias de batalha, uma parte da muralha que cercava Pisa foi derrubada. Tudo indicava que o sucesso se

²⁰⁰ CHABOD, *Escritos sobre Maquiavelo*, p. 279.

aproximava. Mas, ao invés de investir contra a cidade, o *condottieri* rechaçou o ataque. Essa notícia foi recebida com muita desconfiança em Florença, que rapidamente começou a suspeitar das intenções de Paolo Vitelli. A animosidade contra ele aumentava gradativamente na medida em que os dias passavam e nenhum ataque era realizado. O comissariado dos Dez da Guerra através de uma carta, que provavelmente foi escrita por Maquiavel,²⁰¹ procurou motivá-lo a desferir mais uma ofensiva. Ao perceberem que essa tentativa não havia surtido efeito, emitiram uma ordem para que os comissários florentinos que acompanhavam as operações prendessem Paolo Vitelli. Depois de preso foi conduzido à Florença, onde foi torturado, julgado e morto, em primeiro de outubro de 1499.²⁰²

Após o fracasso das operações militares chefiadas por Paolo Vitelli, Florença estabeleceu um acordo militar com o rei francês Luis XII, em outubro de 1499, no qual o rei se comprometia em ceder tropas mercenárias suíças e gasconas para sitiarem Pisa. Em junho de 1500, sob o comando de Antonio Beaumont, elas são deslocadas até o campo de batalha pisano. Logo que se colocaram em marcha os perigos apareceram. Eles eram hordas insolentes, facciosas e indiferentes as necessidades de seus contratantes. Maquiavel, que tinha sido enviado como secretário dos comissários Luca degli Albizzi e Giovanni Battista Ridolfi, com a tarefa de relatar aos Dez da Guerra como as operações estavam ocorrendo, observou atentamente como essas armas combatiam com

²⁰¹ HALE, *Maquiavel e Itália da Renascença*, p. 42; RIDOLFI, *Biografia de Nicolau Maquiavel*, p. 46.

²⁰² Cf. HALE, *Maquiavel e Itália da Renascença*, pp. 41-44.

pouca determinação, sem tenacidade e fidelidade para defender os propósitos políticos daqueles que utilizavam seus serviços militares.²⁰³

Essa experiência demonstrou definitivamente à Maquiavel a impossibilidade de promover uma ação eficiente com armas mercenárias. Segundo Sasso, “a impressão de desordem, anarquia, incivilidade e crueldade que, enviado ao campo pisano em 1500, ele havia extraído do comportamento das tropas mercenárias, foi profunda e negativa, que não se afastou mais do seu ânimo. Permanecendo como uma ferida irremediável e incurável”.²⁰⁴ Assim, as legações diplomáticas realizadas por Maquiavel consolidaram suas certezas sobre a impossibilidade de alcançar bons resultados políticos com armas mercenárias.²⁰⁵

Em sua reflexão política, Maquiavel alerta insistentemente o príncipe a respeito do perigo que corre ao utilizar as armas mercenárias como fundamento de seu poder:

quem tem seu poder alicerçado em exércitos mercenários [armas mercenárias] jamais estará seguro e tranqüilo, porque eles [elas] são desunidos [desunidas], ambiciosos [ambiciosas], indisciplinados [indisciplinadas], infiéis, valentes entre os amigos e covardes entre inimigos, sem temor a Deus nem probidade para com os homens.²⁰⁶

²⁰³ Cf. HALE, *Maquiavel e Itália da Renascença*, p. 46; CHABOD, *Escrito sobre Maquiavelo*, p. 283.

²⁰⁴ SASSO, *Niccolò Machiavelli: I. il pensiero politico*, p. 189.

²⁰⁵ Sobre a importância das experiências para a constituição do pensamento político de Maquiavel conferir: Antonio TAFURO, *La formazione di Niccolò Machiavelli*. Napoli: Dante & Descartes, 2004.

²⁰⁶ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XII, linha 5.

Tais armas, por apresentarem um comportamento pernicioso, não fornecem um sustentáculo consistente para embasar a ação política do príncipe. Elas não apresentam nenhuma condição de assegurar uma força militar aguerrida e vigorosa o suficiente para o príncipe manter a ordem interna e proteger o principado contra ataques de inimigos externos, qualquer ação inimiga mais audaz dispersa os mercenários.

As armas mercenárias não defendem com afincos os interesses de seus contratantes porque o único motivo que as conduz ao campo de batalha consiste no retorno financeiro:

eles [elas] não têm outra paixão nem motivo que os [as] mantenha em campo senão um pequeno soldo, que todavia não é suficiente para fazê-los [fazê-las] morrer por ti.²⁰⁷

Por fazerem da guerra sua fonte de renda, essas armas não apresentam uma grande firmeza para efetuar batalhas que exijam um pouco mais de dedicação. Esse comportamento débil está ligado diretamente ao fato de os soldados que as compõe fazerem da guerra sua profissão. Em função disso, eles não estabelecem qualquer vínculo político mais profundo com a causa que defendem, não demonstrando tenacidade e nem obstinação para buscar uma vitória acima de seus interesses particulares, uma vez que eles encaram a guerra somente por uma perspectiva comercial.²⁰⁸

²⁰⁷ MAQUIAVEL, *O príncipe*. cap. XII, linha 6.

²⁰⁸ Além desse problema, de acordo com Maquiavel, em *A arte da guerra*, nenhum homem pode ser considerado bom quando a profissão que exerce o obriga “a ser rapace fraudulento, violento e a ter muitas qualidades que, necessariamente, o façam não bom”. MAQUIAVEL, *A arte da guerra*, livro I, p. 11.

Ao utilizar essas armas como instrumento de ação, o príncipe não tem qualquer possibilidade de obter bons resultados políticos, pois, por fazerem da guerra sua profissão, os soldados querem permanecer arregimentados somente nos períodos em que os inconvenientes da guerra estão distantes; mas, ao iniciar os tempos difíceis, eles abandonam seus postos, expondo o príncipe a todo tipo de prejuízo.²⁰⁹ Entre as causas que contribuíram para o enfraquecimento político-militar da Itália, a utilização ostensiva de armas mercenárias representa uma das mais decisivas. Maquiavel deixa isso claro na seguinte passagem:

“a ruína atual da Itália não tem outra razão senão estar há muitos anos apoiada em exércitos mercenários [armas mercenárias]. Estes [Estas] já prestaram bons serviços a alguns e parecem valentes quando comparados uns aos outros, mas, diante do forasteiro, mostraram aquilo que são; daí ter sido possível a Carlos, rei da França, tomar a Itália com um giz”.²¹⁰

As armas mercenárias, por se interessarem somente pelo retorno financeiro, inviabilizam qualquer possibilidade do príncipe realizar uma ação política eficiente. Por isso, Maquiavel considera que “dessas armas nascem somente conquistas lentas, tardias e débeis, e perdas súbitas e miraculosas”.²¹¹ Essas armas, para garantir benefícios para si, agem de duas

²⁰⁹ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XII, linha 7.

²¹⁰ MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. cap. XII, linha 6. Como explica Felix Gilbert, a expressão “dominar com giz” significa que os franceses, ao passarem por uma determinada cidade, podiam designar com um giz as casas nas quais suas tropas ficariam alojadas, sem temer qualquer resistência da parte das débeis forças militares italianas. Essa facilidade e a falta de resistência dos italianos atraíram também a atenção de outras potências como a Espanha e a Alemanha, que já contavam com uma força militar bem desenvolvida. Assim, enquanto a península tornava-se o campo de batalha da Europa, os italianos passavam de atores a espectadores do teatro militar e político. GILBERT, Felix. *Machiavelli e il suo tempo*. p. 262-263.

²¹¹ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XII, linha 26.

formas. Em primeiro lugar, como sua fonte de renda é o soldo e esse é pago somente nos períodos em que seus serviços militares são utilizados, para não perdê-lo, procuram estender ao máximo os períodos de guerra. Essa situação impede que o príncipe tenha condições de alcançar seus objetivos. Em segundo lugar, se as armas mercenárias constatam que é impossível manter a guerra, aproveitam o tempo em que estão em campo para adquirir o suficiente a fim de se manterem quando não houver mais necessidade de seus serviços militares. Maquiavel, em *A arte da guerra*, sustenta que em ambos os casos há problemas:

porque da vontade de sustentar-se em qualquer tempo nascem os roubos, as violências, os assassinatos que tais soldados cometem tanto contra amigos como contra inimigos; e de não querer a paz nascem os logros que os capitães impingem àqueles que os conduzem, para que a guerra dure.²¹²

Assim, é impossível alcançar resultados políticos positivos com armas mercenárias, pois as necessidades daquele que as contrata nunca serão o objetivo primordial na realização da guerra.

O príncipe, ao optar pela contratação de armas dessa natureza, introduz elementos externos que mantêm um compromisso artificial com a defesa das necessidades públicas, sendo, por isso, incapazes de responder adequadamente às necessidades militares do mundo político. No capítulo 43 do livro I dos *Discursos*, Maquiavel deixa claro os prejuízos que a ausência de uma relação estreita pode causar:

²¹² MAQUIAVEL, *A Arte da Guerra*, Livro I, p. 12.

nos exércitos onde não haja afeição para com aquele por quem se combate, afeição que faça os soldados tornar-se seus partidários, nunca poderá haver *virtù* suficiente para resistir a um inimigo um pouco virtuoso.²¹³

Maquiavel ilustra o problema das armas mercenárias com a figura dos *condottieri*²¹⁴ que, segundo ele, podem ser divididos em dois tipos: homens belicosos e competentes no desempenho de suas funções militares ou completamente inúteis e incapazes de administrar de maneira adequada as armas. Este último tipo de *condottieri* dispensa qualquer demonstração de sua ineficácia, pois, por não apresentarem nenhuma habilidade militar para comandar os soldados em uma operação militar, causam naturalmente a ruína do príncipe que os contratou. Aqueles *condottieri* que apresentam aptidão para comandar os soldados e gerir uma batalha, representam problemas ainda maiores para o príncipe, porque, como alerta Maquiavel: “não é razoável que quem está armado obedeça voluntariamente a quem está desarmado, e que o desarmado esteja seguro entre servidores armados”.²¹⁵ O *condottiere* competente, por manter um compromisso artificial e comercial com o príncipe, pode aproveitar o momento em que adquire uma vitória para utilizar a força das armas para usurpar o poder de seu contratante.

Esse perigo é agravado ainda mais pelo fato de os soldados não reconhecerem como seu chefe o príncipe, mas somente o *condottieri* que foi

²¹³ MAQUIAVEL, *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, L. I, cap. 43, p. 132.

²¹⁴ Segundo Frederico Chabod, Maquiavel comete um equívoco ao assimilar o sistema de *condottieri* e de mercenários. Isso porque representavam duas coisas distintas, podendo haver mercenarismo sem *condottieri*, como no caso da França que era chefiada pelo rei e com soldados de infantaria suíço, ou *condottieri* sem mercenários, como algumas cidades italianas que tinham tropas próprias e utilizavam os serviços de um chefe militar experiente para comandar as armas de maneira apropriada. CHABOD, Frederico. *Escritos sobre Maquiavelo*. 83-89.

²¹⁵ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XVI, linha 5.

contrato para lutar em seu nome. Maquiavel demonstra os prejuízos políticos que isso acarreta através do exemplo dos tebanos, que perderem sua liberdade, justamente, por terem colocado um estrangeiro no comando de suas armas: “após a morte de Epaminondas; Felipe da Macedônia foi nomeado pelos tebanos capitão de suas tropas,²¹⁶ mas, depois da vitória, tirou-lhes a liberdade”.²¹⁷ O príncipe que entrega o comando das forças armadas a um terceiro, abre mão do poder militar e o transmite àquele que foi contratado para prestar serviço militar. Esse, por não manter nenhum vínculo intrínseco com os interesses pelos quais foi chamado a defender, pode transformar os soldados em um instrumento para servir apenas aos seus próprios propósitos, causando inúmeros problemas.²¹⁸ Afim de evitar isso, Maquiavel afirma que “o príncipe deve desempenhar em pessoa a função capitão”,²¹⁹ pois somente assim ele pode exercer autoridade sobre os soldados para comandá-los segundo seus próprios desígnios.

Além disso, Maquiavel reconhece que o príncipe, ao contratar os serviços militares de um *condottieri*, corre o risco de contar com armas mal dimensionadas tecnicamente para realizar uma guerra, fato que impede qualquer possibilidade de alcançar eficácia. A supressão da infantaria efetuada pelos *condottieri* é apontada como um dos principais defeitos estruturais das armas mercenárias:

²¹⁶ No original: loro genti.

²¹⁷ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XII, linha 15.

²¹⁸ Segundo Pocock, o soldado mercenário representa um instrumento nas mãos de alguém, servindo aos interesses desses sem saber os motivos reais pelos quais estão combatendo. J. G. A. POCKOCK, *Il momento Machiavelliano*, p. 389.

²¹⁹ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XII, linha 11. No capítulo 30 do livro I dos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, Maquiavel desenvolve uma reflexão sobre o mesmo assunto, colocando também o caso das repúblicas.

fizeram isto porque, não tendo pátria e vivendo de sua ocupação, pouca infantaria não bastaria para lhes conferir reputação e, se fosse muita, não poderiam alimentá-la. Por isso, restringiram-se à cavalaria, que tendo um número razoável de elementos, podia ser sustentada e honorificada.²²⁰

No entanto, a ausência de infantaria era objeto de grande preocupação de Maquiavel, isto porque considera que a fragilidade da situação militar italiana é decorrente da diminuição da presença da infantaria e aumento da cavalaria. Somente a cavalaria é insuficiente para obter sucessos consistentes em uma guerra. Uma das razões disto são as questões de ordem tática, pois a cavalaria tem uma variedade limitada de formas de ação e é incapaz de enfrentar todos os tipos de lugares. Os soldados, por outro lado, são mais versáteis e adaptam-se com maior facilidade a todos os lugares de combate. Além disso, Maquiavel identifica questões políticas, uma vez que o domínio da cavalaria sobre a infantaria está diretamente ligado ao desarmamento dos súditos. Os governantes italianos, ao substituírem a infantaria pela cavalaria, demonstraram ignorância política, pois julgavam que essa troca garantiria uma equivalência de força. Mas, ao empregarem a cavalaria ao invés da infantaria eles trocavam sua força própria por uma ilusória, pois não detinham o comando sobre ela.²²¹

O segundo ponto que Maquiavel considera como fonte de problema diz respeito à forma dos *condottieri* conduzirem as guerras. Como os soldados

²²⁰ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XII, linha 32. Segundo Larivaille, “só as tropas italianas permanecem, na sua maior parte, compostas de uma grande maioria de cavaleiros. Paul LARIVAILLE, *A Itália no tempo de Maquiavel*. p. 74.

²²¹ Cf. GILBERT, *Machiavelli e il suo tempo*, pp.263-267

mercenários representavam a fonte de riqueza dos *condottieri*, estes procuravam poupá-los ao máximo:

usaram todo o engenho para afastar de si e dos soldados a fadiga e o medo, não se matando nos combates, mas fazendo uns aos outros prisioneiros sem resgate. Não atacavam à noite as cidades, assim como os que defendiam as cidades não atacavam os do acampamento. Em torno do acampamento não construíam fossos nem paliçadas, nem trabalhavam no inverno.²²²

As armas mercenárias, por agirem militarmente dessa forma nas guerras dentro da península, trouxeram como consequência a incapacidade para os príncipes italianos combaterem em nível de igualdade os exércitos estrangeiros melhor preparados militarmente.²²³

Ao criticar as armas mercenárias, Maquiavel procura demonstrar principalmente os problemas políticos que elas causam ao apresentarem hesitação para enfrentar as ameaças que visam a desestabilizar o governo. Por depender de armas que se preocupam mais com o retorno financeiro do que com os interesses públicos e que não apresentam disposição para guerrear de forma obstinada, o príncipe não tem condições de realizar uma ação política eficiente.

Após esclarecer os problemas causados pelas armas mercenárias, Maquiavel passa à análise daqueles provocados pelas armas auxiliares. Segundo ele, estas armas são as que um príncipe tem quando recebe o auxílio

²²² MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XII, linha 33.

²²³ Cf. MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XII, linha 34. Como afirma Larivaille: “os exércitos italianos do final do século XV só podem oferecer mesmo uma débil resistência aos exércitos moral e tecnicamente mais bem preparados que vão fazer da península o campo de batalha da Europa”. LARIVAILLE, Paul. *A Itália no tempo de Maquiavel*. p. 75.

militar de um poderoso para realizar operações de defesa ou de ataque.²²⁴ Elas são extremamente prejudiciais para aqueles que as recebem, porque, por encontrarem-se subordinadas somente à autoridade daquele que as envia, elas não obedecem ao comando do auxiliado, impedindo que ele tenha condições de agir segundo seus próprios desígnios. Por obedecerem com fidelidade somente a quem os enviou, as armas auxiliares não representam uma fonte de ameaça somente quando são derrotadas, mas principalmente quando vencem, pois podem ser facilmente transformadas em um instrumento de dominação.²²⁵ Segundo Maquiavel, em virtude disso, os perigos que elas suscitam são maiores do que aqueles apresentados pelas armas mercenárias:

No caso dos auxiliares [das auxiliares] a ruína é inevitável, pois são todos unidos e voltados à obediência a outrem; enquanto os mercenários [as mercenárias], para te molestar, mesmo tendo sido vencedores, precisariam de mais tempo e melhor ocasião, pois não formam um corpo único e são organizados [organizadas] e pagos [pagas] por ti. Assim, ainda que um terceiro venha a ser nomeado chefe por ti, não poderá de repente alcançar tanta autoridade a ponto de te aborrecer. Em resumo, nos exércitos mercenários [armas mercenárias], o mais perigoso é a covardia, nos auxiliares [nas auxiliares] a *virtù*.²²⁶

Ao empregar armas auxiliares o príncipe incorre em um grave erro, visto que fica à mercê da vontade daquele que detém poder sobre elas, não tendo capacidade de agir de maneira autônoma.

²²⁴ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XIII, linha 1.

²²⁵ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XIII, linha 2.

²²⁶ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XIII, linha 8-9.

Para demonstrar como as armas auxiliares são prejudiciais, Maquiavel fundamenta sua análise em três exemplos históricos, sendo que dois deles eram recentes, do papa Julio II e dos florentinos, e um antigo, do imperador de Constantinopla.²²⁷ Tais exemplos são apresentados com a intenção de evidenciar os riscos que o príncipe corre ao depender de armas auxiliares.

O primeiro caso a receber a atenção do secretário florentino é do papa Julio II, que se colocou inteiramente na dependência do rei Fernando da Espanha para conquistar Ferrara devido a sua ambição imprudente e desenfreada. A “decisão de se lançar por inteiro nas mãos de um forasteiro, pelo desejo de conquistar Ferrara, não poderia ser menos recomendável”,²²⁸ pois as armas que haviam sido enviadas ao papa pelo rei espanhol poderiam ter sido empregadas por este como um instrumento para usurpar não somente o poder sobre a conquista, mas para retirar dele qualquer autoridade sobre seus domínios. Ao utilizar armas auxiliares para satisfazer seu desejo de conquista, o papa estava buscando adquirir algo que não tinha capacidade de defender com sua própria força, correndo o risco, portanto, de ser facilmente dominado e ficar privado de qualquer autoridade. Essa situação só não se concretizou porque as armas espanholas foram derrotadas e uma outra possibilidade surgiu com a chegada dos suíços, garantindo o sucesso do papa:

tendo sido derrotados os seus auxiliares em Ravena e surgindo os suíços para expulsar os vencedores, fora de qualquer expectativa do papa ou de outros,

²²⁷ Para uma análise detalhada sobre importância dos exemplos na argumentação de Maquiavel em *O príncipe* conferir: ARANOVICH, Patrícia Fontoura. *História e política em Maquiavel*, Parte 1 – As coisas do mundo.

²²⁸ MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. cap. XIII, linha 3.

não veio ele a cair prisioneiro dos inimigos, pois estes fugiram, nem de seus auxiliares, já que vencera com outras forças que não a destes.²²⁹

Depois de expor os erros cometidos pelo papa Julio II, Maquiavel condena a atitude dos florentinos que, por estarem completamente desarmadas, apoiaram-se inteiramente nas armas francesas para recuperar a cidade rebelada de Pisa. De acordo com o autor, com essa atitude os florentinos “enfrentaram mais perigos do que em qualquer época de adversidade”.²³⁰ porque, além dos problemas que armas francesas causaram devido a sua indisciplina, se elas tivessem obtido uma vitória na campanha militar pisana não haveria condições de impedir que elas assumissem o controle sobre a cidade conquistada e repassassem a autoridade sobre ela para o rei francês. Além disso, se elas alcançassem sucesso, os florentinos, por não deterem armas próprias, não poderiam repelir uma investida delas contra Florença.

Embora os dois exemplos anteriores sejam utilizados por Maquiavel para argumentar sobre os perigos que as armas auxiliares representam, eles apresentam apenas os riscos que poderiam surgir caso as armas tivessem alcançado sucesso. Segundo Mario Martelli, nem o exemplo do papa Julio II e nem o exemplo dos florentinos são aqueles que ilustram de maneira adequada os problemas que as armas auxiliares geram.²³¹ Aliás, o intérprete salienta que

²²⁹ MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. cap. XIII, linha 4.

²³⁰ MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. cap. XIII, linha 5.

²³¹ Cf. MARTELLI, Mario, *Saggio sul Principe*, p. 104.

os dois exemplos “deveriam ser entendidos propriamente como exceção à regra”.²³²

Assim, o exemplo que parece expor de forma clara e concreta os prejuízos que as armas auxiliares podem causar é o do imperador de Constantinopla: “para se contrapor aos seus vizinhos, pôs na Grécia dez mil turcos, os quais, finda a guerra, não quiseram sair; este foi o início da servidão da Grécia aos infiéis”.²³³ Ao utilizar as armas auxiliares turcas para defender seus interesses, o imperador estava empregando um tipo de força militar sobre a qual não exercia nenhuma autoridade. Essa situação restringiu qualquer possibilidade de comandá-las conforme seus desígnios e de ser beneficiado com os sucessos obtidos por elas. Daí Maquiavel conclui que a ausência de autoridade do príncipe sobre as armas é um dos fatores determinantes para a ineficácia da ação política.

O príncipe que se apóia nas armas auxiliares para agir politicamente encontra-se em uma situação de inferioridade em relação àquele que detém autoridade sobre elas, isto porque depende da vontade deste para agir. Os soldados que compõem essas armas não se submetem à autoridade do príncipe que os recebe como auxílio militar, mas apenas a autoridade daquele que os enviou, cumprindo lealmente somente as ordens deste. Com isso, o príncipe auxiliado não detém uma força militar confiável e consistente para garantir a segurança do principado, podendo ser facilmente desalojado do poder e ser submetido ao governo daquele que lhe enviou auxílio. Assim, o

²³² MARTELLI, Mario, *Saggio sul Principe*, p. 104.

²³³ MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. cap. XIII, linha 6.

príncipe que faz uso desse tipo de arma com objetivo de realizar uma ação política não é realmente sábio, pois, ao depender delas, estará se submetendo ao poder de um terceiro, sem deter condições de agir com autonomia.

Apesar de julgar as armas auxiliares extremamente prejudiciais, Maquiavel estranhamente não dedica muito espaço à investigação delas.²³⁴ Essa atitude foi influenciada possivelmente pela utilização pouco freqüente que essas armas tiveram na Itália. Elas passaram a ser empregadas de maneira mais constante somente após as invasões de 1494, quando as potências estrangeiras, dotadas de armas próprias, passaram a fornecer auxílio militar às cidades italianas. Antes das invasões havia na península somente

raros embriões de exércitos permanentes recrutados entre a população local: em Milão, mas sobretudo em Veneza, onde as milícias inicialmente encarregadas da defesa das cidades foram agregadas ao exército propriamente dito. Mas, com exceção dessas milícias, tanto os exércitos venezianos quanto os dos outros Estados e tanto os exércitos permanentes quanto os ocasionais, são constituídos de mercenários.²³⁵

As cidades italianas, por não deterem armas próprias nem mesmo para suprir suas necessidades, não tinham condições de fornecer auxílio militar para outras. Assim, as armas auxiliares tinham um papel inexpressivo na realização das guerras antes das incursões promovidas pelas potências estrangeiras na península itálica.

²³⁴ Maquiavel também apresenta um exame dos problemas referentes às armas auxiliares no capítulo 20 do livro II dos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. MAQUIAVEL, N. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, livro II, cap. 20, pp. 255-258.

²³⁵ LARIVAILLE, *A Itália no tempo de Maquiavel*, pp.71-72.

O último tipo de armas inúteis analisadas por Maquiavel são as mistas, que são aquelas constituídas por uma parte de armas mercenárias e outra de próprias. Embora estas armas ofereçam perigos menores em relação às aquelas armas exclusivamente mercenárias ou auxiliares, elas também não fornecem uma força militar consistente para o príncipe realizar seus empreendimentos, porque há um desequilíbrio entre a parte própria e a mercenária: enquanto as próprias procuraram superar qualquer obstáculo para alcançar sucesso na guerra, as mercenárias, por se preocuparem somente com o soldo, não demonstraram nenhuma disposição para guerrear de forma aguerrida e audaz. Além disso, os soldados próprios podem ser corrompidos pelos costumes perniciosos adotados pelos soldados mercenários.

Para demonstrar os prejuízos que as armas mistas causam, o secretário florentino analisa as consequências da decisão do rei francês Luís XI de extinguir a infantaria própria para assoldar as suíças. Segundo Maquiavel, o responsável pela criação da organização militar na França foi o rei Carlos VII que, após sair vitorioso da guerra dos 100 anos (1337-1452) contra os ingleses, percebeu a necessidade de se armar somente com suas próprias armas. Assim, passou a recrutar os soldados tanto de cavalaria quanto de infantaria em seu próprio reino. Porém, seu filho e sucessor, Luís XI, não preservou completamente essa organização militar e eliminou a infantaria própria, passando a assoldar os infantas suíços. O rei acreditava que poderia aumentar seus benefícios com essa decisão, isto porque, por um lado, asseguraria um maior consenso popular, pois não seria necessário obrigar os seus súditos a deixarem de lado suas ocupações para empunharem armas e

enfrentarem os perigos do campo de batalha. Por outro lado, garantiria uma eficácia maior nas guerras, porque deixava os combates a cargo de soldados profissionais com mais capacidade nas artes militares.²³⁶ Mas esses benefícios aparentes escondiam graves prejuízos, pois, longe de aumentar sua capacidade bélica, o rei estava debilitando suas forças militares. Segundo Maquiavel, “a pouca prudência dos homens começa uma coisa que, por ter bom sabor, não lhes permite notar o veneno que tem por baixo”.²³⁷

Luis XI não percebeu que ao substituir sua infantaria própria pelas mercenárias suíças estava debilitando toda a organização militar que havia sido instituída por Carlos VII. Isto trouxe como consequência a redução da eficácia de suas ações, uma vez que passou a depender de elementos externos:

extinguiu inteiramente a infantaria e subordinou seus guardas aos exércitos estrangeiros, já que, estando acostumados a guerrear junto com os suíços, passaram a acreditar que não podiam vencer sem eles. Disso resulta que os franceses não podem agir contra os suíços e, sem os suíços, não podem enfrentar outros.²³⁸

Ao negligenciar os assuntos concernentes às armas, o príncipe incorre em um erro que restringe sua capacidade de garantir a defesa das instituições públicas e das ameaças externas. Para Maquiavel, a única forma de o príncipe evitar qualquer tipo de problema interno e externo é estar atento a toda possibilidade de perigo, procurando antever os problemas antes que eles

²³⁶ MARTELLI, Mario, *Saggio sul Principe*, p. 162.

²³⁷ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XIII. linha, 23.

²³⁸ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XIII. linha, 23

tomem grandes proporções e sejam impossíveis de serem resolvidos: “aquele que não detecta no nascedouro os males de um principado não é verdadeiramente sábio”.²³⁹

Com a intenção de provar o perigo de não dispor de uma força militar própria, o secretário florentino recorre à opinião dos escritores antigos de que “nada há de mais instável e fraco do que a fama de uma potência que não se apóia nas próprias forças”.²⁴⁰ Portanto, o príncipe, para ter capacidade de agir politicamente de maneira eficaz, deve estar amparado por uma instituição militar enraizada no próprio principado.

5 – As boas armas

Após esclarecer como as armas mercenárias, auxiliares e mistas são ineficientes, Maquiavel demonstra que somente as armas próprias, isto é, aquelas compostas apenas com homens do próprio principado, podem ser úteis ao príncipe. Para contar com uma força militar própria é necessário fundar uma organização militar capaz de integrar o povo na defesa do principado.

Como afirma:

será necessário, antes de tudo, como verdadeiro fundamento de qualquer empresa, formar exércitos próprios, porque não pode haver soldados mais fiéis, nem mais verdadeiros, nem melhores. Se cada um deles individualmente for

²³⁹ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XIII, linha, 24.

²⁴⁰ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XIII, linha 26. Embora ele não faça referência à autoria dessa frase, ela provavelmente foi retirada de uma frase de Tácito. Cf. MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. Tradução de Antonio Caruccio-Caporale. Porto Alegre: L&PM, 1998. nota 94.

bom, todos juntos ainda serão melhores quando se virem comandados por seu príncipe, prestigiados e cuidados por eles.²⁴¹

O povo, ao defender o principado, participa de modo mais elevado nos negócios públicos. Com a criação de um exército composto somente com os próprios cidadãos, é possível fazer com que eles estabeleçam um laço estreito de responsabilidade com os destinos do principado. Por esse motivo, Maquiavel afirma que os príncipes sábios procuraram utilizar apenas suas próprias armas para realizar operações militares, “preferindo até perder com suas próprias tropas a vencer com tropas²⁴² dos outros, por não considerar verdadeira a vitória alcançada com armas alheias”.²⁴³

A impossibilidade de alcançar resultados positivos com armas alheias está ligada ao fato do príncipe não exercer autoridade sobre elas, situação que torna impraticável garantir que os sucessos obtidos no campo de batalha sejam transformados em benefícios políticos. Contar com armas alheias significa limitar o poder de ação, pois não há como comandá-las conforme as exigências que o mundo político impõe.

Ao instituir uma organização militar no principado, o príncipe adquire autonomia para agir politicamente tanto nas questões internas quanto externas. No plano interno, assegura uma força coercitiva capaz de punir aqueles que infringem as leis, impedindo que a ordem seja corrompida. Já no plano externo,

²⁴¹ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XXVI, linha, 20.

²⁴² O termo “tropas” não aparece em nenhum dos dois casos no original: “...ha voluto più tosto con li suoi che vincere com li altri”.

²⁴³ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XIII, linha, 10.

elas garantem a proteção contra ataques de inimigos, fornecendo segurança para que não haja nenhuma interferência estrangeira no principado.

Além do mais, o povo, ao encontrar-se arregimentado dentro de uma organização militar, sente-se participante da vida pública do principado e comprometido com sua defesa. Quanto mais o príncipe conseguir estreitar os laços entre o povo e as necessidades públicas, com mais afinho eles procuraram realizar a guerra.

Maquiavel, ao analisar como um príncipe deve agir, aponta as atitudes de César Bórgia como exemplo. Segundo ele, o duque compreendeu como as armas próprias representam um dos fatores determinante para alcançar eficiência na realização de uma ação política. As ações do duque Valentino parecem configurar-se como um modelo da melhor forma de proceder com as armas, pois ele obteve engrandecimento político através da utilização adequada delas. Dessa forma, o secretário florentino procura destacar que o príncipe, para desempenhar suas funções políticas de maneira adequada, deve compreender qual o papel político das armas. Isso fica claro quando apresenta as atitudes de Cesar Bórgia:

Este duque [César Bórgia] entrou na Romanha com exércitos [armas] auxiliares, compostos inteiramente de franceses, e com eles tomou Ímola e Forli. Mais tarde, não lhe parecendo seguros esses exércitos [armas], voltou-se às tropas²⁴⁴ mercenárias, julgando-as menos perigosas, e contratou a soldo os Orsini e os Vitelli, que mais tarde dispensou, ao perceber, na prática, que eram

²⁴⁴ O termo “tropas”, apresentado na tradução, não se encontra no original. Linha, 11.

dúbios e infiéis.²⁴⁵ Voltou-se, então, para os exércitos²⁴⁶ próprios. Pode-se facilmente verificar a diferença entre um tipo de exército [arma] e outro, considerando a diferença que ocorreu na reputação do duque quando dispunha só dos franceses e quando tinha os Orsini e os Vitelli e, finalmente, quando passou a ter seus próprios soldados e ser senhor de si mesmo.²⁴⁷

A capacidade de ação política do duque Valentino aumentou gradativamente na medida em que compreendeu que os problemas referentes às armas também eram políticos. Assim, quando averiguou que as armas auxiliares, por manterem uma relação de compromisso com outros, representavam uma fonte de limitação para sua ação, buscou nas mercenárias a solução para este problema. Em pouco tempo, também verificou que elas eram inúteis. Por fim, constatou que somente as armas próprias poderiam ser confiáveis para realizar operações militares com eficiência. A partir do momento em que não dependia da força militar de terceiros para realizar combates, sua capacidade para agir politicamente foi aumentada de maneira considerável. Essa ampliação deveu-se ao fato de ter meios para agir segundo seus próprios desígnios para conquistar aquilo que ambicionava e defender os territórios que já possuía. Isso solidificou sua reputação política, dando-lhe grande autoridade sobre seus domínios e respeito de seus inimigos.

Maquiavel, ao analisar as ações de César Bórgia, tem o objetivo de demonstrar que somente com uma organização militar própria, composta exclusivamente com homens do principado, o príncipe pode dispor de uma

²⁴⁵ No original: “dubbie, infideli e pericolose”. MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XIII, linha, 11.

²⁴⁶ Este termo também não se encontra no original. MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XIII, linha 11.

²⁴⁷ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. XIII, linha 11-12.

base sólida para agir de forma adequada. Somente quando ele exerce autoridade sobre as armas tem capacidade para salvaguardar a ordem pública, garantindo estabilidade necessária para as instituições políticas do principado.

No entanto, para colocar as armas nas mãos do povo, o príncipe deve estar com seu poder político alicerçado de maneira consistente no principado. Caso o seu poder não esteja devidamente fundamentado, as armas podem representar uma ameaça, ao invés de garantir sua proteção. Por isso, o príncipe deve cuidar para manter a amizade do povo, procurando fazê-los sentir sempre a necessidade de sua presença.²⁴⁸

O povo, ao verificar que a única possibilidade de manter sua segurança é garantindo a manutenção do príncipe no poder, se convence que deve apoiá-lo para combater o inimigo externo, procurando dedicar-se com empenho na defesa do principado. Contudo, o príncipe deve reconhecer que o povo não se submete ao seu poder somente pela segurança que lhes é garantida, mas também pelo fato de realizarem ações em seu favor. Como afirma Maquiavel: “é da natureza dos homens deixar-se cativar tanto pelos benefícios feitos como pelos recebidos”.²⁴⁹ A proposta maquiaveliana de instituição de armas próprias no principado não tem a pretensão apenas de fornecer uma força militar mais eficaz, mas também de estabelecer uma nova relação entre os súditos e o príncipe. Com a criação de uma organização militar no principado, o príncipe estabelece um vínculo íntimo com o povo, fazendo com que este se comprometa com a proteção da ordem pública.

²⁴⁸ Cf. MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. IX,

²⁴⁹ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cap. X, linha 13.

6 – O povo e as boas armas

Embora não esteja no escopo da dissertação promover uma análise detalhada dos *Discursos*, ele será examinado com o intuito de esclarecer algumas questões concernentes à importância do povo para garantir a proteção da cidade contra ameaças externas ou internas e qual o tipo de arma pode inseri-lo amplamente nessa tarefa. Nessa obra, Maquiavel demonstra o claro objetivo de investigar com profundidade os assuntos relativos às repúblicas, mas ao discutir os problemas militares efetua considerações que também são válidas para os principados. Assim, no tocante a política militar, pode-se perceber que ele supõe que não haja grandes diferenças entre as repúblicas e os principados.

Um primeiro indício da importância do povo na defesa da cidade, é fornecido por Maquiavel ainda no primeiro livro dos *Discursos*, mais especificamente na argumentação exposta entre o quarto e o sexto capítulo. Nesse bloco textual, Maquiavel faz emergir do conflito entre o povo e os nobres a força e a solidez da república romana. Esses capítulos devem ser examinados com a intenção de obter uma chave de compreensão para iluminar o pensamento militar maquiaveliano apresentado mais amplamente no segundo livro dos *Discursos*.

No quarto capítulo do primeiro livro, ao defender a desunião entre a plebe e o senado como a principal causa do surgimento das boas leis e da liberdade romana, Maquiavel contesta de maneira clara a opinião daqueles que concebiam os tumultos como uma fonte de debilidade política e a principal

causa da ruína das cidades.²⁵⁰ Na reflexão maquiaveliana, ao contrário, os conflitos assumem um caráter positivo – representam uma espécie de remédio para manter a vitalidade e a saúde do corpo político.²⁵¹ As dissensões devem funcionar como uma espécie de instrumento de regulação dos desejos, devendo equilibrar a tensão entre o desejo de oprimir dos nobres e o desejo de não ser oprimido do povo. Assim, se os tumultos forem bem administrados poderão trazer benefícios ao bem comum, pois darão origem a leis que manterão a liberdade pública, como ocorreu em Roma. Aqueles, portanto, que condenam os tumultos demonstram desconhecimento do seu verdadeiro significado político e ignoram o fato de “que em toda república há dois humores diferentes, o do povo, e o dos grandes, e que todas as leis que se fazem em favor da liberdade nascem da desunião deles”.²⁵²

Os tumultos em Roma sempre tiveram como resultado a geração de leis para controlar os humores. E como geralmente o desejo de dominação dos nobres era aquele que apresentava maior possibilidade de exacerbação, os tumultos controlavam principalmente a efetivação deles. Dessa perspectiva, os conflitos romanos devem ser vistos como algo salutar e não maléfico:

²⁵⁰ SASSO, *Niccolò Machiavelli*: volume I – il pensiero politico, p. 518, n. 49. Guicciardini é um daqueles autores que condenavam os conflitos, nas suas *Considerações aos Discursos de Maquiavel* expressa a seguinte opinião: “não foi, portanto, a desunião entre a plebe e o senado que fez toma livre e potente, porque melhor teria sido se não houvesse as razões da desunião; nem foram úteis essas sedições, mas bem menos danosas que foram em outras cidades, e muito útil a sua grandeza que os patrícios antes tivessem cedido à vontade da plebe, que comesçassem a pensar que não tinham necessidade da plebe; mas louvar a desunião é como louvar em um enfermo a enfermidade, pela bondade do remédio que lhe foi aplicado”. GUICCIARDINI, *Considerazione ai Discorsi del Machiavelli*. In. MAQUIAVEL, *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio*. p. 344.

²⁵¹ Cf. MARTINS, José Antonio, *Os fundamentos da república e sua corrupção nos Discursos de Maquiavel*, p. 91.

²⁵² MAQUIAVEL, *Discursos*, L. I, cap. 4. p. 22. No capítulo 39 do primeiro livro dos *Discursos*, Maquiavel reafirma que a divisão entre os nobres e o povo é uma característica de toda formação política: “Quem considere as coisas presentes e as antigas verá facilmente que são sempre os mesmos desejos e os humores em todas as cidades e em todos os povos, e que eles sempre existiram”. MAQUIAVEL, *Discursos*, L. I, cap. 39. p.121.

não se pode ter razão para chamar de não ordenada uma república dessas, onde há tantos exemplos de *virtù*; porque bons exemplos nascem da boa educação; a boa educação das boas leis; e as boas leis, dos tumultos que muitos condenam sem ponderar: porque quem examinar bem o resultado deles não descobrirá que eles deram origem a exílios ou violências em desfavor do bem comum, mas sim leis e ordenações benéficas a liberdade pública.²⁵³

Maquiavel considera que as dissensões na república romana, ao invés de originarem desordem, geraram conseqüências em favor da coletividade e do bem comum, pois a partir deles criaram-se leis e ordenações que tornaram possível a existência de liberdade dentro da república. Por isso, ele contesta a idéia de que as dissensões representavam uma das principais causas da corrupção da república romana.

Ao investigar os conflitos, Maquiavel defende que eles não podem ser considerados fonte de prejuízos políticos, “mas sim uma expressão da liberdade de um povo em uma república forte”.²⁵⁴ Assim, aqueles que condenam os conflitos consideram mais “as assuadas e a grita que de tais tumultos nasciam do que os bons efeitos que eles geravam”.²⁵⁵ Entre as conseqüências positivas dos conflitos Maquiavel aponta como uma das principais a instituição dos tribunos da plebe. Esse ordenamento, que havia sido criado para guardar a liberdade romana, garantiu uma parcela de poder político ao povo, assegurando a participação popular nos assuntos públicos.

Após reconhecer que em todas as formas políticas encontram-se presente os humores antagônicos do povo e dos nobres, sendo inescapável a

²⁵³ MAQUIAVEL, *Discursos*, L. I, cap. 4. p. 22

²⁵⁴ ARANOVICH, Fontoura. *História e policia em Maquiavel*. p.109

²⁵⁵ MAQUIAVEL, *Discursos*, L. I, cap. 4. p. 22

presença de tumultos, Maquiavel procura, no capítulo V, determinar a qual dos dois deve-se confiar a guarda da liberdade política, ou seja, qual deles pode defendê-la de maneira mais aguerrida. Os exemplos mobilizados para ilustrar Esparta e Veneza são utilizadas para ilustrar a forma aristocrática de guarda da liberdade; enquanto Roma a forma democrática

No segundo livro dos *Discursos*, em que os problemas militares são examinados mais extensamente, Maquiavel parece a princípio demonstrar um grande interesse pela análise dos aparatos materiais que determinam a força militar de uma cidade. No entanto, no cerne de suas preocupações constata-se que estão as questões políticas, demonstrando interesse pelos aspectos técnicos somente quando eles apresentam implicações políticas. Em sua argumentação distingui-se com clareza a conexão indissolúvel existente entre guerra e política, como também a necessidade de subordinação da força militar ao poder civil.²⁵⁶ Como tais problemas são analisados por Maquiavel com maior cuidado no segundo livro, a presente investigação ficará restrita somente a ele.

Ao abordar os problemas militares no segundo livro dos *Discursos*, Maquiavel retoma alguns assuntos já trabalhados em *O príncipe*,²⁵⁷ além de

²⁵⁶ Isso pode ser percebido também na *A arte da guerra*. No próêmio desse livro Maquiavel crítica duramente a separação entre guerra e política e a independência da força militar do controle civil: “Muitos, Lorenzo, tiveram e têm a opinião de que não existem duas coisas que combinem menos entre si e que sejam tão dessemelhantes como a vida civil e a militar (...). Mas, se fossem consideradas as antigas ordenações, não se encontrariam coisas mais unidas, mais conformes”. MAQUIAVEL, *A Arte da guerra*, Proêmio, pp. LXXVII-LXXVIII. Inúmeros intérpretes defendem que a importância das investigações militares efetuadas por Maquiavel reside na discussão política que elas comportam: FACHARD, *Implicazioni Politiche nell’Arte della guerra*, pp. 149-173; GILBERT, *Machiavelli e il suo tempo*, pp.267-287; MARCHAND, *Premessa*, pp. IX-XV. In: MACHIAVELLI, *L’arte della guerra & Scritti politici minori*. SASSO, *Niccolò Machiavelli: volume I – il pensiero politico*, pp. 623-705.

²⁵⁷ Maquiavel, tratando do modo como o povo romano procedia ao conquistar novas terras, faz uma remissão explícita ao *O príncipe*: “caberia mostrar, a propósito, o modo como o povo romano se comportava ao entrar nas terras alheias, caso em nosso tratado sobre os

examinar novos problemas. Entre aqueles temas que são retomados está a crítica ao emprego das milícias auxiliares e mercenárias, desenvolvida no capítulo 20. Nesse lugar o secretário florentino acusa agora de despreparo tanto os príncipes quanto as repúblicas que fazem uso desse tipo de força militar. A análise da função do dinheiro como nervo da guerra, efetuada no capítulo 10, é um dos problemas novos que ganham a atenção do autor. Mas o que chama mais a atenção é o debate em torno da importância da *virtù* do povo para fornecer a força militar necessária para uma cidade.

No décimo capítulo, Maquiavel devota atenção a análise da concepção, comum em seu tempo, de que o dinheiro constituía o principal nervo da guerra. Os seus contemporâneos acreditavam que o sucesso ou fracasso militar de uma cidade era diretamente proporcional a quantidade de dinheiro que ela tinha a disposição para efetuar a guerra. Assim, consideravam que a possibilidade de alcançar sucesso ou fracasso já se encontrava pré-determinada no momento em que o confronto se iniciava: sairia vencedora aquela que teria a maior reserva monetária. Maquiavel considera que o príncipe comete um equívoco quando avalia suas forças tomando como base o dinheiro, o território ou a disposição dos homens, sem antes levar em conta as armas próprias, ou seja, quando não entende que suas forças dependem especialmente de uma organização militar que emprega os homens da própria cidade como soldados:

o dinheiro por mais que o tenhas, não te bastará sem estas; de nada adianta ser inexpugnável o lugar; e a fé e a boa disposição dos homens não durarem, pois estes não podem ser-te fiéis se não poderes defendê-los.

principados não tivéssemos falado longamente sobre isso, pois ali se discorre profusamente sobre essa matéria”. MAQUIAVEL, *Discursos*, L. II, cap.1.

Somente quando conta com as armas próprias é possível resistir de forma consistente a qualquer ameaça.

No vigésimo quarto capítulo, tratando dos inconvenientes políticos causados pelas fortalezas, Maquiavel assegura que somente o povo pode proporcionar uma proteção efetiva à cidade e manter o príncipe no poder:

O príncipe, portanto, que pode constituir um bom exército, pode fazê-lo sem construir fortalezas; o que não tem bom exército, não deve construí-la. Deve guarnecer bem a cidade onde mora, mantê-la bem abastecida, com cidadãos dispostos, que possam resistir a um ataque inimigo até que um acordo ou uma ajuda externa venha libertá-los. Quaisquer outros planos acarretam gastos nos tempos de paz e são inúteis nos tempos de guerra.²⁵⁸

Quando o príncipe opta por utilizar as fortalezas como instrumento de defesa, deixando de empregar o povo nessa tarefa, ele confia sua segurança a um elemento frágil e meramente ilusório, uma vez que os muros não representam um obstáculo intransponível para impedir a ação de um exército qualificado.²⁵⁹

As fortificações edificadas com o objetivo de garantir a proteção, são somente símbolo de uma dominação do príncipe em relação aos seus súditos. A partir do momento em que não há participação popular é impossível construir barreiras suficientemente fortes para manter a cidade protegida. Além disso, sua capacidade de ação fica prejudicada, pois segurança é garantida na medida em que o povo encontra-se envolvido nos assuntos militares, quanto mais ele participar dos problemas da cidade, mais se sentirá comprometido com os seus problemas e, conseqüentemente, com mais vontade se lança em uma guerra. A disposição em efetuar uma guerra é, precisamente, aquilo que

²⁵⁸ MAQUIAVEL, *Discursos*, L. II, cap. 24, p. 277.

²⁵⁹ Lefort identifica as fortalezas como a forma mais significativa de ilusão de segurança. Cf. LEFORT, *Le travail de l'oeuvre Machiavel*, pp. 565-566

faz a diferença entre um exército próprio e um mercenário. Por isso é indispensável para o bom resultado político que o povo esteja diretamente ligado aos assuntos públicos

Conclusão:

Maquiavel, em seu esforço para determinar quais são os caminhos para realizar uma ação bem sucedida, desvenda os fundamentos do mundo político, apresentando aquilo que garante a conservação e o funcionamento das sociedades políticas. Nesse sentido, reconhece nas boas armas um dos elementos essenciais.

Ao desenvolver sua ação, o príncipe enfrenta inúmeras dificuldades, que podem ser superadas somente quando demonstra uma *virtù* excepcional, capaz de combater os eventos adversos da *fortuna*. A ação política é orientada por uma lógica própria, que responde as circunstâncias adversas enfrentadas pelo príncipe. Diante de uma realidade instável ele deve se prevenir, de modo que tenha controle da situação. Nesse momento não deve se deixar levar por qualquer regra fixa de ação, sob o risco de fracassar. As armas são aqueles instrumentos que permitem responder adequadamente aos desafios do mundo político

Na reflexão maquiaveliana é clara as conseqüências para a ação política da ausência de boas armas e, por conseguinte, a falta de força, uma vez que o príncipe fica a mercê da vontade alheia e impossibilitado de realizar a fundação e a conservação do principado. Somente a força das boas armas pode assegurar a capacidade para o ele agir de maneira independente na busca da concretização de seus objetivos políticos. Para Maquiavel elas são “de tanta *virtù* que não só mantém aqueles que já nasceram príncipes, como também muitas vezes permite que homens de condição privada ascendam ao

principado”.²⁶⁰ Entretanto, se o príncipe não pode contar com boas armas para garantir sua estabilidade e segurança, dificilmente terá capacidade para desempenhar uma ação política eficaz para fundar e conservar o principado.

As boas armas não respondem somente as necessidades de segurança do príncipe, elas também fornecem a possibilidade da participação do povo nos assuntos públicos. As boas armas funcionam como uma instituição política que promove uma relação direta entre o súdito ou o cidadão com os destinos da comunidade política. Na medida em que essa relação se estreita, maior eficácia o príncipe terá para salvaguardar a ordem pública, garantindo estabilidade necessária para as instituições políticas do principado.

Mas, caso não opte por esse caminho, o príncipe pode colocar em risco a segurança do principado e sua capacidade para realizar uma ação política eficiente, pois, ao não contar com os cidadãos ou os súditos, que são os únicos capazes de resistir com firmeza às adversidades, fica exposto às intempéries que podem desestabilizar o principado; “aliás, estará inteiramente a mercê da fortuna, na havendo *virtù* que confiavelmente o defenda na adversidade”.²⁶¹ Dessa forma, para que as ações políticas sejam realmente consistentes, o príncipe deve ficar atento para a lógica das relações que estabelece com os súditos ou os cidadãos; se isso for dimensionado de maneira adequada, ele criará uma relação de reciprocidade tão estreita com eles que não imaginaram outra solução para garantir sua a própria existência a não ser apoiar o príncipe na boa ou má sorte. As armas, portanto, devem ser consideradas como um dos

²⁶⁰ MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*, cap. XIV, linha 1.

²⁶¹ MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*, cap. XIII, linha 26.

instrumentos que fornecem a possibilidade de existência de uma forma coletiva de vida.

Bibliografia:

Obras de Maquiavel:

- MACHIAVELLI, N. *Opere Politiche*, cura di Mario Puppo, Firenze, Monnier, 1969.
- _____, N. *L'Arte della Guerra Scritti Politici Minori*, cura di Jean-Jacques Marchand, Denis Fachard e Giorgio Masi. Roma: Salerno Editrice, 2001.
- _____, N. *Epistolário:1512-1527*. [tradução Stella Mastrangelo]. México: Fondo de Cultura Econômica, 1990.
- _____, N. *L'Arte della Guerra; Scritti politici Minori*. Cura di Jean-Jacques Marchand, Denis Fachard e Giorgio Masi. Roma: Salerno Editrice, 2000.
- _____, N. *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio* seguiti dalle Considerazione ai Discorsi del Machiavelli di Francesco Guicciardini. A cura di Corrado Vivanti. Torino: Einaudi, 2000.
- _____, N. *Il Principe*. cura di George Iglese. Roma: 1994.
- _____, N. *A Arte da Guerra*. [tradução MF]. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- _____, N. *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*. [tradução MF]. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Obras de Referência:

- ADEVERSE, Helton. *Maquiavel, República e o desejo de liberdade*. Revista Tans/Form/Ação, 30 (2): 33-52, 2007.
- AMES, José Luiz. *Maquiavel: a lógica da ação política*. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- _____. *Lei e Estado no Pensamento de Niccolò Machiavelli*. In. *Ensaio de Ética e Política* org. Daniel Omar Perez. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- _____. *A função do poder militar na vida política segundo Maquiavel*. Revista Ética & Filosofia Política (Volume 8, Número 1, junho/2005).
- _____. *Desejo e necessidade e as linguagens da instauração em Maquiavel*. Revista Temas e Matizes (número 6 – segundo semestre de 2004). Universidade Oeste do Paraná.
- ARISTÓTELES, *Política*. [tradução Antonio Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes] Lisboa: Vega, 1998.
- ARANOVICH, P. F. *Poder e Legitimidade em Maquiavel: como fazer um príncipe novo parecer antigo*. São Paulo, 1998. 117f. Dissertação (Mestrado em Filosofia)- Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo.

- _____, P. F. *História e política em Maquiavel*. São Paulo, 2003. 257 p (Doutorado em Filosofia)- Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo.
- BARROS, Douglas Ferreira. *As razões do poder contrário: o problema do enfraquecimento e da dissolução do Estado no pensamento de Maquiavel*. São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado em Filosofia)- Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo.
- BAYLEY, C. C. *War and society in Renaissance Florence*. Toronto: Toronto University Press, 1961.
- BERLIN, Isaiah. *O Problema de Maquiavel*. Documentação e Atualidade Política, Brasília, n.6, p.5-22, jan./mar.1978.
- _____. *A originalidade de Maquiavel* [tradução de Bárbara Heliodora] in. MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. [tradução Lívio Xavier] São Paulo: Ediouro, 2002.
- BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*. São Paulo: Loyola, 1994.
- _____, Newton. *As Fronteiras da Ética, Maquiavel*. In: NOVAES, Adauto (org.) *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.113-25.
- _____, Newton. *Nota Metodológica: Guicciardini Leitor de Maquiavel*. Discurso. São Paulo, n.29, p.111-31, 1998.
- _____, Newton. *Maquiavel e o novo continente da política*. in. ADAUTO, Novaes (org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- BOBBIO, Norberto. *O terceiro ausente*.(tradução Daniela Beccaccia Versiani; revisão técnica Frederico Diehl e Valdemar Junqueira) Barueri: Manole, 2008 (no prelo).
- BOÉCIO. *A consolação da filosofia*. [tradução de Willian Li; revisão Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BURD, L. A. *Le Fonti Letterarie di Machiavelli nell'Arte della guerra* in Atti della R. Accademia del Lincei, Cl. Di scienze morali, storiche e filologiche, nº 4, 1897.
- CASSIRER, Ernest. *O Mito do Estado*. [tradução Álvaro Cabral] Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- CHABOD, Frederico. *Escritos sobre Maquiavelo*. [traducción de Rodrigo Ruza]. México: Fondo de cultura Económica, 1994 segunda reimpressão.
- COLISH, Márcia L. *Machiavelli's Art of War: A Reconsideration*. In Renaissance Quartely, Vol.51, nº4 (winter, 1998) 1151-1168.
- COLONNA D'ITRIA, Gerard, *L'art politique chez Machiavel: principes et méthode*, Paris, Virin, 1980.
- DE GRAZIA, Sebastian. *Maquiavel no Inferno*. [tradução Denise Bottman]. São Paulo: Companhia das letras, 1993.
- FACHARD, D. *Implicazioni Politiche nell'Arte della guerra* in Niccolò Machiavelli. *Politico. Storico Letterato*. Atti del convegno di Losanna, 27-30 settembre 1995. Org. por J. J. Marchand. Roma: Salerno Editrice, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da Sociedade*. [tradução Maria Ementina Galvão] São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GUICCIARDINI, Francesco. *Reflexões (Ricordi)*. Edição Bilingue. [tradução de Sérgio Mauro]. São Paulo: Huittec/Instituto Italiano de Cultura/ Instituto Cultural Ítalo-brasileiro, 1995.

- GILBERT, F. *Machiavelli: The Renaissance of the Art of War in Makers of modern strategy*. Org. de P. Paret. Princeton: Princeton University Press, 1986, 2ª edição.
- _____. *Machiavel et Guichardin. Politique et histoire à Florence au XVIe siècle* [1965]. Trad. de J. Viviès. Paris: Seuil, 1996.
- _____. *Machiavelli e Il suo tempo*. Roma: Il Mulino.
- GILSON, Étienne. *A filosofia na Idade Média*. [tradução Eduardo Brandão; revisão Carlos Eduardo Silveira Matos]. São Paulo: Martins Fontes, 2º Ed., 2007.
- HALE, John. *Europa durante o Renascimento (1480- 1520)*. Lisboa, Editorial Presença, 1971.
- KANTOROWICZ, Ernest. *Os dois corpos do Rei: um estudo sobre a Teologia na política Medieval*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- KUBICK, Timothy R. W. *Is Machiavelli's Canon Spiked? Pratical Reading in Military History*. In *The Journal of Military History*, Vol. 61, nº 1 (Jan. 1997), 7-30.
- KRITSCH, Raquel. *Soberania: a construção de um conceito*. São Paulo: humanitas FFLCH/ USP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- LEFORT, Claude. *Lê travil de l'oeuvre Machiavel*. Editones: Gllimard, 1976 et 1986.
- _____. Claude. *Desafios da Escrita Política*. [tradução Eliane de Melo e Souza]. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.
- _____. *A lógica da ação política*, p. 35-58. In. QUIRINO, Célia Galvão; SADEK, Maria Tereza, *O pensamento clássico: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau*;
- LERIVAILLE, Paul. *A Itália no tempo de Maquiavel: Florença e Roma*. [tradução Jônatas Batista Neto]. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- MANSFIELD, H. C. *An Introduction to Art of War. in Machiavelli's virtue*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.
- MALLET, M. *The Theory and Practice of Warfare in Machiavelli's Republic* in G. Bock e Q. Skinner (org.), *Machiavelli and republicanism*. Cambridge: Cambridge University Press: 1993.
- _____. *O condottieri*. In. *O homem do Renascimento*. org. Eugênio Garin [tradução Maria Jorge Vilar de Figueiredo] Lisboa: Editorial Presença 1991.
- MANSFIELD, Harvery. *Machiavelli's new modes and orders: a study of the Discourses on Livy*. Chicago: The University of Chicago Press, 2001.
- MARCHAND, Jean-Jacques. *Niccolò Machiavelli i primi scritti politici (1499-1512): nascita di un pensiero e di uno stile*. Padova: Editrice Antenore, 1975.
- MARTELLI, Mario. *Saggio sul principe*. Roma: Salerno Editrice, 1999.
- _____. *Machiavelli e gli storici antichi: osservazioni su alcuni luoghi dei Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio*. Roma: Salerno Editrice, 1998.
- MARTINS, José Antônio. *Os fundamentos da república e sua corrupção nos Discursos de Maquiavel*. São Paulo, 2007. 196f. Tese de Doutorado em Filosofia- Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo.

- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Nota sobre Maquiavel* in Signos, trad. Maria G. Pereira, São Paulo, Martins Fontes, 1991.
- POCOCK, J. G. A. *Il momento Machiavelliano*, Bologna, Società ed. Il Mulino, 1980.
- _____, *Linguagem do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2002.
- PANCERA, Carlo Gabriel Kszan. *O modelo maquiaveliano de estado: entre os primeiro escritos políticos, os Discorsis e o Discurus*. [tese de doutorado] Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2006
- RAIMONDI, E. *La Retorica del Guerriero in Politica e commedia*. Bolonha: Il Mulino, 1998, 2ª edição.
- RIDOLFI, Roberto. *Biografia de Nicolau Maquiavel*. [tradução de Nelson Canabarro]. São Paulo: Musa Editora, 2003.
- SASSO, Gennaro. *Studi su Machiavelli*. Milano: Morano, 1967.
- _____. *Niccolò Machiavelli 1. Il pensiero politico*. Bolonha: Il Mulino, 1993, 2ª edição.
- SPACKMAN, B. *Politics on the Warpath: Machiavelli's Art of War in A. R. Ascoli e V. Kahn, Machiavelli and the discourse of literature*. Ithaca e Londres: Cornell University Press, 1993.
- SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. [tradução Renato Janine Ribeiro]. São Paulo, Cia das Letras, 2000.
- _____, Quentin. *Maquiavel*. [tradução Maria Lúcia Montes] São Paulo: Brasiliense, 1988.
- STRAUSS, Leo. *Pensée sur Maquiavel*. Paris, Payot, 1982.
- STRAYER, Joseph. *As Origens Medievais do Estado Moderno*. Lisboa: Gradina, s. d.
- TAFURO, Antonio. *La formazione di Niccolò Machiavelli*. Napoli: Dante & Descartes, 2004.
- VERRIER, *Machiavelli e Fabrizio Collona nell'Arte della guerra: Il Polemologo Sdoppiato in Niccolò Machiavelli. Politico, storico, letterato*. Atti del convegno di Losanna, 27-30 settembre 1995. Org. por J. J. Marchand. Roma: Salerno Editrice, 1996.
- VAROTTI, Carlo. *Gloria e ambizione prolítica nel Rinascimento: da petrarca a Machiavelli*. Milão: Edizione Bruno Mandadori, 1998.
- WICHT, B. *L'idée de milice et le modèle suisse dans la pensée de Machiavel*. Lausanne: L'Age d'Homme, 1995.